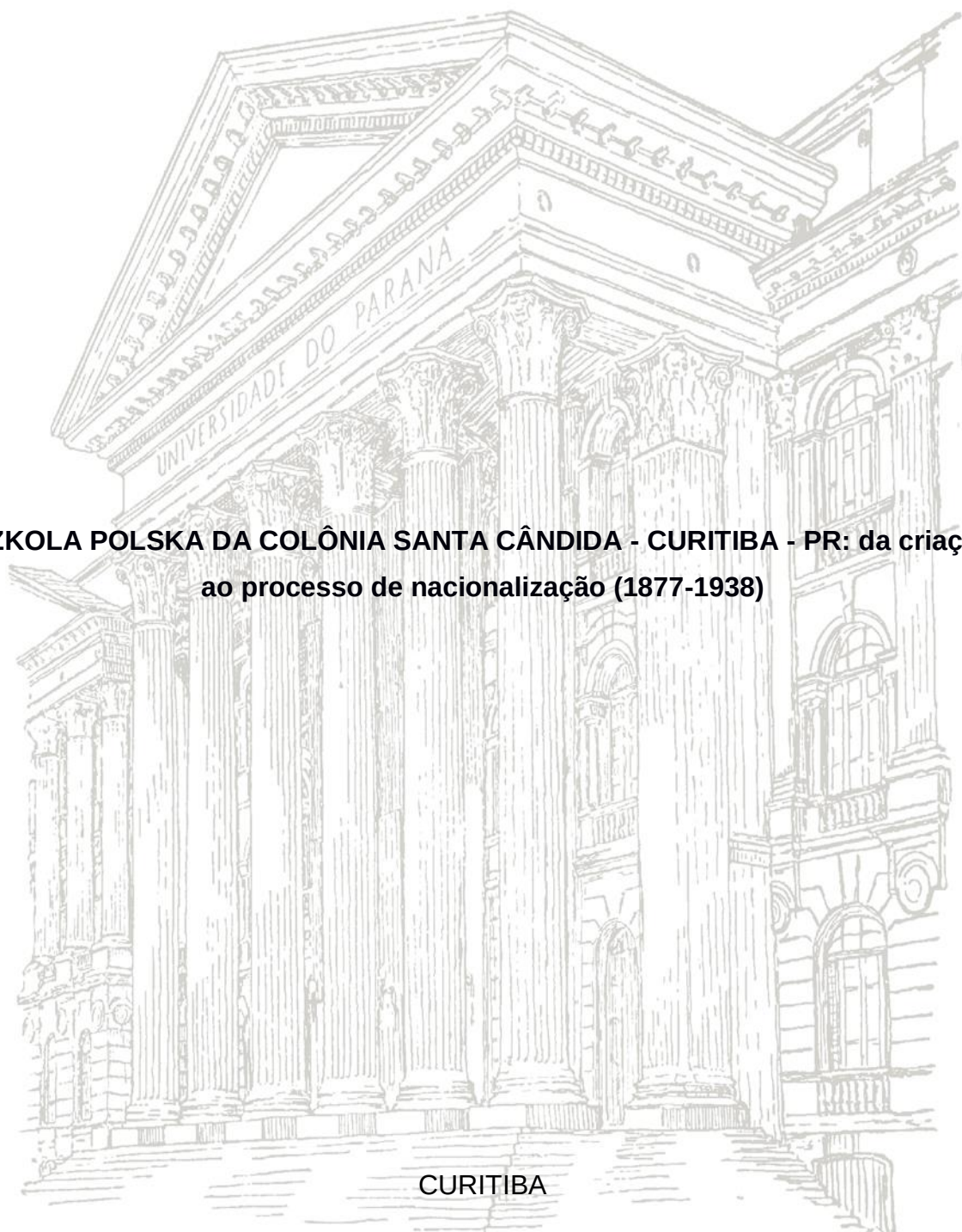


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE MANIKA KOEB

GERTRUDES NAIARA DA SILVA

**SZKOLA POLSKA DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA - CURITIBA - PR: da criação
ao processo de nacionalização (1877-1938)**



CURITIBA

2016

DANIELLE MANIKA KOEB
GERTRUDES NAIARA DA SILVA

**SZKOLA POLSKA DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA - CURITIBA - PR: da criação
ao processo de nacionalização (1877-1938)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Paraná como
requisito à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Doutora Nadia Gaiofatto Gonçalves

Curitiba

2016

Dedicamos este trabalho a nossa família por todo amor e compreensão. A Alfredo Manika, Antonio Valter da Silva, Arianne Manika (In memoriam). Por vocês somos o que somos e chegamos até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer pelo companheirismo que tivemos durante o longo processo. Agradecer enormemente a professora Nadia Gaiofatto Gonçalves que literalmente nos acolheu como filhas perdidas pelo caminho. Pela cobrança incessante pela busca das fontes, por todas as leituras, correções e pelo companheirismo e profissionalismo dispensado.

Às Irmãs Jacielma Martins, Regina Mika e aos funcionários do Colégio Santa Cândida que disponibilizaram o seu acervo.

À Maureen Javorski, do Arquivo Público do Paraná, que sempre sorridente nos recebeu de braços abertos, extensivo aos funcionários.

À Irmã Oliva Nallon, da Congregação da Sagrada Família de Maria sempre disposta a contar a história do Colégio.

À disponibilidade e paciência da professora Filomena Gorski ao traduzir as fontes em polonês. Sem esquecer da Danúsia Maria Walesko ao disponibilizar seus achados para o mundo.

E por último e com o agradecimento mais importante à nossa família que sempre esteve presente. Por compreenderem todos fins de semana lotados de trabalhos, as preocupações, os cansaços. Agradecer também os incentivos diários, o apoio, o carinho e amor.

“Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”

Isaac Newton

RESUMO

Com a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil nos anos finais do século XIX e início do XX uma significativa adaptação ocorreu em relação ao processo educativo no novo país de residência. As dificuldades encontradas foram muitas, mas a falta da escola é mais marcante, visto que o imigrante via a necessidade da manutenção da cultura, da língua pátria e os ensinamentos escolares. Nesta pesquisa abordamos a história da Szkola Polska da colônia Santa Cândida - Curitiba desde sua criação em 1877, apresentando o contexto de criação e implantação da escola até a nacionalização compulsória do ensino de 1938, discutindo como as campanhas de nacionalização das primeiras décadas do século XX interferiram na escola. A história da Szkola Polska da colônia Santa Cândida é singular e a partir da pesquisa bibliográfica e documental procuramos conhecer a história da educação dos imigrantes poloneses.

Palavras-chaves: Educação. Nacionalização. Szkola Polska. Imigrantes poloneses. Ensino Particular.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Adolpho Lamenha Lins	10
FIGURA 2: Nota sobre o professor José de Souza Guimarães	15
FIGURA 3: Visita às escolas particulares.....	19
FIGURA 4: Nota explicativa sobre a mudança de professor	20
FIGURA 5: Primeira escola em 1877, Szkola Polska.....	22
FIGURA 6: Fotografia ampliada para destacar o nome da escola (1887)	23
FIGURA 7: Casa escolar conhecida até hoje como Casarão- 1922;.....	24
FIGURA 8: Trecho do Relatório Cesar Prieto Martinez	35
FIGURA 9: Frase do caderno de caligrafia - 1934.....	38
FIGURA 10: Caderno de aritmética - 1935.....	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÃO DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA EM 1876.	12
TABELA 2: POPULAÇÃO DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA 1877.....	13
TABELA 3: COLÔNIAS EMANCIPADAS EM 1878	16
TABELA 4: SITUAÇÃO DA ESCOLA SANTA CÂNDIDA NO INÍCIO DE 1924	24
TABELA 5: SITUAÇÃO DO COLÉGIO SANTA CÂNDIDA EM 1921,1922,1924.....	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. TERRA DE LEITE E MEL: A “FEBRE BRASILEIRA”	7
1.1 O ANO É 1875: A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA.....	10
1.2 A ESCOLA NO INÍCIO DA COLÔNIA.....	13
1.3 1912 E A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO: A ESCOLA EM NOVAS MÃOS	21
2. A IDENTIDADE CULTURAL, O USO DA LÍNGUA E OS PROCESSOS DE NACIONALIZAÇÃO.....	28
2.1 O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO NO BRASIL	30
2.2 NÃO É APENAS O FECHAMENTO DAS ESCOLAS.....	37
2.3 NOVAS PERSPECTIVAS, NOVOS TEMPOS	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
FONTES.....	48
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	56
1. Relatório do Presidente Lamenha Lins de 1877.	56
2. Primeira capela da colônia Santa Cândida inaugurada em 6 de janeiro de 1877	57
3. Nomeação do professor José de Souza Guimarães para a Escola na Colônia Santa Cândida em 1877.	58
4. Relação dos primeiros alunos da Szkola Polska em 1877.	59
7. Pedido de remoção feito pelo professor José de Souza Guimarães para a cadeira no bairro Santa Cruz em Votuverava em 10 de Agosto de 1883.	63
8. Pedido aceito em 11 de Agosto 1883, pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Paraná	64
9. Abaixo assinado feito pelos colonos em 1883	65
10. Lista de professores subvencionados em 30 de Novembro de 1910.....	66
11. Lista dos professores subvencionados em 1912	67
12. Crônicas da Província da Sagrada Família, 1917.....	68
13. Tabela : ensino particular em 1921.....	69
14. Tabela : ensino particular em 1922:.....	70
15. Tabela : relação das escolas particulares de 1924:.....	71
16. Crônicas da Província Sagrada Família, 1938.....	72
17. Decreto Estadual n. 6.149 de 19 janeiro de 1938	73

18. Licença para funcionamento, concedida ao Colégio Santa Cândida.....	74
19. Monumento em homenagem às Irmãs diretoras do Colégio Santa Cândida desde 1912 até 1999.	75

INTRODUÇÃO

A imigração europeia para o Brasil ocorreu em um período de mudanças que influenciaram fortemente o cenário internacional entre o final do século XIX e início do XX. Entre essas mudanças, podemos destacar o aumento da produção agrícola, a necessidade de mão de obra pelo fato de que “o tráfico de negros só foi abolido com a lei sancionada pelo ministro da justiça, Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850” (POLINARSKI, 2008, p. 9). Uma solução encontrada seria substituir a mão de obra africana por europeus de origem camponesa que também sabiam lidar com a terra. Essas mudanças caracterizaram a imigração europeia no Brasil, de maneira geral, juntamente com a forte propaganda feita pelas agências de imigração, em que relatavam um Brasil com ricas terras, um clima ameno, perfeito para a vinda dos europeus, estimulando assim a imigração em massa.

Segundo Gluchowski (2005) a nação polonesa foi bastante desmembrada, por problemas políticos dentro do seu próprio país durante muito tempo, buscando, assim, refúgio além-mar. Chegaram em grande número ao Brasil a partir do final do século XIX, principalmente no estado do Paraná e também em Curitiba, onde estabeleceram colônias para viver em paz e manter minimamente seus costumes.

As dificuldades aqui encontradas eram outras das vividas na Polônia e precisavam ser superadas. A angústia de não se ter um padre polonês e a falta de uma escola onde se pudesse dar continuidade ao ensino da língua materna, são claras em diversos momentos. As necessidades da escola são temas recorrentes dos trabalhos de Wachowicz (1970), Renk (2012), Luporini (2011) e Gluchowski (2005). O colono “recolhia os níqueis no suor de seu rosto e oferecia generosamente para a Igreja e construía com vontade novas escolas” (WACHOWICZ, 1971, p. 60).

As primeiras escolas ensinavam somente em polonês e os entraves com as leis nacionais, que regiam a educação brasileira, foram se expandindo, dificultando, desta forma, a manutenção da cultura polonesa como afirmam Luporini (2011) e Renk “as escolas étnicas caracterizavam-se por ensinar os saberes escolares e cultura na língua de origem do grupo étnico, pouco ou nada se ensinava em língua portuguesa.” (2012, p. 1047).

É importante, desta forma, buscar uma maior compreensão sobre os desafios vividos por esses emigrantes¹ de origem polonesa no Paraná, especificamente com relação à educação.

Para que as colônias polonesas conservassem sua cultura viva era necessária a continuidade da língua materna, falada e escrita, que se manteria principalmente através dos planos específicos de suas escolas. Desta forma, os colonos prezaram pela construção de escolas para que a língua polonesa fosse mantida entre os descendentes já nascidos no Brasil. Demonstrava-se, assim, o esforço de um segmento social imigrante que poderia estar fadado ao analfabetismo, que “ao estabelecer instituições de variadas naturezas, destinadas a promover ampla formação intelectual e cultural aos seus beneficiários” (LUPORINI, 2011, p. 171), expressava sua preocupação com a educação do seu grupo étnico.

Assim, o objetivo principal desta pesquisa é abordar a história da Szkola Polska, desde sua criação em 1877 até a nacionalização compulsória em 1938. Nessa perspectiva, temos como objetivos específicos, analisar o contexto de criação e formação da escola, no bairro Santa Cândida, Curitiba (PR) e discutir como as campanhas de nacionalização nas primeiras décadas do século XX, interferiram na mesma.

Desta forma pretendemos investigar a seguinte questão: quais as condições de funcionamento da Szkola Polska, da Colônia Santa Cândida, desde sua criação, até os processos de nacionalização das escolas estrangeiras (1877-1938)?

A narrativa remete-se à fundação da Colônia Santa Cândida, em 1875, quando os imigrantes poloneses construíram a “Szkola Polska²” em 1877 para ofertar o ensino tão esperado por essa comunidade polonesa. “A escola polonesa foi a única solução que o colono poderia encontrar para tal situação: uma escola particular e um ensino na sua própria língua de origem”. (WACHOWICZ, 1970, p.39).

Anos mais tarde, em 1912, a escola passa a ser administrada pelas Irmãs da Congregação da Sagrada Família. As conquistas e dificuldades enfrentadas pelos

¹Para saber mais quem eram esses imigrantes, consultar WACHOWICZ, Ruy C. As escolas da colonização polonesa no Brasil. In: **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, p. 13 -110. 1970. na página 17.

² Szkola Polska: Escola Polonesa.

poloneses em relação à estruturação das escolas e os nacionalismos, de 1917 e de 1938, impostos pelo governo do Brasil às escolas de origem estrangeira são temas trabalhados por Wachowicz (1970,1975,1981), assim como por Luporini (2011) e Renk (2011, 2012, 2014), e que relatam que apesar das dificuldades vivenciadas, os imigrantes poloneses acreditavam que a função da educação deveria ser de afastar o analfabetismo das gerações futuras, garantindo a manutenção da cultura trazida da Polônia, mesmo que não realizada a contento.

O governo paranaense criou um sistema fiscalizador na década de 1920 para garantir que as escolas cumprissem o decreto lei n. 2.157³.

Nestas escolas de caráter étnico, não raramente os alunos desconheciam a língua nacional. Diante deste quadro, o governo entendia que deveria fiscalizar essas escolas e exigir o cumprimento da legislação (RENK, 2011, p.192).

Para conviver dentro deste sistema fiscalizador os imigrantes criaram suas escolas e as organizaram, se utilizaram de táticas para fortalecer e manter sua cultura. As táticas criadas pelos imigrantes, podem ser compreendidas conforme a preposição de Certeau (1998): são utilizadas pelos mais fracos sobre os mais fortes.

É importante estudar a história da Szkola Polska, e buscar identificar sua singularidade, o que será feito por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Desta forma, devemos “ler os documentos nas entrelinhas” (BURKE, 1992, p. 25). É necessário ter cuidado no tratamento com as fontes, para interpretar o passado de acordo com o seu período histórico e assim reconhecer seu processo de criação, como enfatiza Ragazzini: “as fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção” (2001, p.14).

Ragazzini afirma que a história da escola também se escreve através de um “conjunto de fontes que provém muito mais da história legislativa, do direito, da administração pública, da economia, do Estado, dos partidos políticos, que da história da escola e da educação” (2001, p. 19), e foi neste conjunto de fontes que buscamos muitos dos documentos utilizados para a construção desta pesquisa. Eles foram encontrados em arquivos públicos e particulares, tais como o acervo do Colégio Santa

³ Lei de 08/04/1922 que exigia o ensino em língua vernácula.

Cândida, da Congregação da Sagrada Família de Maria, da Paróquia do Santa Cândida, Hemeroteca Pública Nacional e Biblioteca Pública do Paraná. Desse modo, a busca por documentos em arquivos e acervos foi uma constante na pesquisa sobre educação dos imigrantes poloneses na escola objeto deste TCC.

Conhecer a história da educação dos imigrantes poloneses através da pesquisa sobre a primeira escola da colônia Santa Cândida, é importante porque contribui para estabelecer as relações de significados e sentidos construídos no passado, com a instituição de ensino, ainda existente.

A delimitação do recorte temporal desta pesquisa é a fundação da Szkola Polska na colônia Santa Cândida em 1877, pelo então governador da Província do Paraná, Adolpho Lamenha Lins até sua nacionalização compulsória, em 1938.

A pesquisa está dividida em dois capítulos, no primeiro tratamos da fundação da colônia Santa Cândida, da criação e formação da Szkola Polska, e no segundo discutimos como as campanhas de nacionalização⁴ de 1917 e 1938 interferiram na escola, seguidos pelas considerações finais.

⁴ A primeira nacionalização é marcada por decretos estaduais que regulamentam o ensino particular, tornando claro o ideal do estado que era promover a nacionalização destas escolas. A nacionalização compulsória de 1938 também é marcada por decretos, mas agora também a nível Federal, neste período ocorreram o fechamento compulsório de algumas escolas étnicas. As escolas que se mantiveram em funcionamento deixaram de ser étnicas.

1. TERRA DE LEITE E MEL: A “FEBRE BRASILEIRA”

A Polônia⁵ nos anos finais do século XIX era um país nada favorável para se viver. Os mais diversos motivos fizeram que houvesse, nas décadas de 1890 até a Primeira Guerra Mundial, a maior onda emigratória de poloneses, denominada Febre Brasileira.

A falta de condições materiais, a discriminação de língua⁶, questões políticas e sociais, a reforma agrária da primeira metade do XIX que tirou 1/3 das terras do camponês, fenômenos climáticos e alto custo de vida influenciaram a imigração polonesa. Como resultado dessas péssimas condições de vida, os poloneses sofreram de uma grave subalimentação o que provocou doenças como o tifo, a cólera e disenteria. A população polonesa tornou-se miserável e sua alimentação baseava-se somente nas frutas, ervas e leite. (WACHOWICZ, 1981).

Em meio a esta situação precária vivida pelos poloneses surgiram boatos sobre o Brasil, relatadas ao extremo pelos agenciadores da emigração. Afirmava-se que

(...) o Paraná até então estava encoberto por névoas e que ninguém sabia de sua existência. Era a terra em que corria leite e mel. Então a Virgem Maria, madrinha e protetora da Polônia, ouvindo os apelos que o sofrido camponês polonês lhe dirigia, dispersou o nevoeiro e destinou-lhe o Paraná. Tal decisão da Virgem Maria havia sido comunicada ao Papa, o qual, sensibilizado pelo destino da cristandade polonesa, convocou todos os reis e imperadores da terra, para sortear a posse de tal território. Por três vezes consecutivas foi tirada a sorte, e sempre o Papa era o contemplado. Então o Papa solicitou ao imperador brasileiro que distribuisse essas terras aos poloneses, para que tivessem fartura e ali pudessem viver felizes, expandindo seu cristianismo (WACHOWICZ, 1981, p. 45).

Diante de tantos problemas vividos na Polônia surge a possibilidade de ter uma vida melhor longe dali e muitos poloneses vendem o pouco que têm e enfrentam o desconhecido. Ao mesmo tempo em que dificuldades diversas envolviam esses camponeses, eles eram alvo de uma intensa propaganda sobre o Brasil. “A esses

⁵ Para saber mais sobre a situação da Polônia pesquisar em WACHOWICZ, Ruy C. As escolas da colonização polonesa no Brasil. In: **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, p. 13 -110. 1970. P. 14 - 17 e também em WACHOWICZ, Ruy c. **O Camponês Polonês no Brasil**. Curitiba. Fundação Cultural. Casa Romário Martins, 1981. p. 19 - 24.

⁶ “A partir de 1864, a política de represálias que passou a ser aplicada pela Rússia teve como fim último a desnacionalização dos poloneses (...). Devido às novas leis de desnacionalização das escolas inúmeras eram as dificuldades encontradas pelos poloneses para ensinar a ler e escrever a seus filhos em língua pátria” (WACHOWICZ, 1970, p.20).

imigrantes foi descrito um Brasil paradisíaco. Além dessas atrativas propagandas, a possibilidade de tornar-se proprietário de suas terras de cultivo justificou a vinda de grande parte desses imigrantes” (POLINARSKI, 2008 p.11), e a intenção de mudar de vida tornou-se emergente e incontestável.

“O Brasil era apresentado como sendo a continuação do paraíso bíblico, onde corria leite e mel” (WACHOWICZ, 1981, p. 44). Foi com esse discurso que as agências de propaganda conquistaram os imigrantes. Exageravam sobre a prosperidade, a fertilidade da terra e o clima tropical, chegando a mostrar nos folhetos frutas tropicais gigantescas como abacaxis, laranjas, bananas e apresentando as vantagens de economia ao não precisar gastar com roupas pesadas para o inverno. Ao se estabelecer essa relação de que no Brasil se encontraria terras de leite e mel “uma multidão de 40.000 fluiu, qual corrente caudalosa, para o além-mar - para lá. onde corria leite e mel - a terra prometida -Brasil!” (HEMPEL, 1973, p.19).

A propaganda feita pelas agências e pela imprensa brasileira eram positivas e muitas vezes eram publicadas algumas cartas dos imigrantes já estabelecidos no Brasil, em que se relatava a não cobrança de impostos⁷, a ausência de inverno, que a quantidade de terra doada pelo governo era imensa, além de que no Brasil não se passava fome. “A carta de um emigrante saudava a nova e feliz Pátria onde não havia açoitadores, nem capatazes, policiais e soldados, nem espiões do tzar”. (WACHOWICZ, 1981, p.45).

A vida no Brasil apesar das dificuldades com o idioma, da questão do pagamento das terras para o governo, ainda parecia ser melhor do que na própria pátria como aparece nas cartas enviadas à Polônia.

A conjuntura então foi favorável tanto na Polônia como no Brasil ao que Nadalin (2001, p.63) explica: “aos mecanismos de repulsão processados na Europa corresponderam processos de atração de imigrantes nos Países Novos”.

O interesse para a crescente onda emigratória dos agricultores europeus para o Brasil estava intimamente ligado a problemas que precisavam ser resolvidos.

⁷ Estabelecidos desta forma, ficam os colonos entregues à sua própria iniciativa e somente obrigados a pagar, no prazo do regulamento de 1867, a sua dívida com o governo. Esta dívida, pelo que respeita aos gastos feitos desde que o colono chega a esta Província, ainda não excede a 500\$00 por cada família de 5 pessoas, termo médio, incluindo o preço das terras, e está garantida pelo valor real do lote, casa e acessórios. (PARANÁ, Relatório do Presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins, apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15/02/1877. Curitiba: Typ. da viúva Lopes. p. 79).

Um deles decorria da lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil (POLINARSKI, 2008) o que aumentou a demanda por mão de obra europeia, em especial de imigrantes que sabiam lidar com a terra.

No início da onda emigratória a Polônia pouco notou esse movimento

Emigrava sempre o povo miúdo, durante 25 anos de emigração a *inteligentzia* pouco notou esse movimento. Uma revista galiciana, especializada em assuntos emigratórios, critica este desinteresse da *inteligentzia* polonesa face ao camponês: “Nós, intelectualidade e líderes da nação, percebemos somente nos últimos momentos que existia esta corrente. Ainda em 1890, a febre emigratória brasileira surpreendeu-nos como a crianças desprotegidas. Sobre o país para onde dirigiam-se multidões de aldeões e artesãos poloneses, nós não sabíamos absolutamente nada (Przegląd Emigracyjny. Lwow, 1893. Ano II, nº3, p.28. Apud WACHOWICZ, 1981, p.39).

Gluchowski (2005) também reforça a imigração em massa para o Brasil, alertando para o fato de que não estava ocorrendo somente a imigração dos colonos, mas também de outras camadas da sociedade polonesa.

Aproxima-se memorável o ano de 1890. O ano da famosa “febre brasileira”. (...) Tem início o segundo período da colonização do Brasil pelos poloneses. Seguem em multidão, do Reino da Polônia, não apenas o criado de cavalaria, mas também o camponês sem-terra; não apenas o operário de fábrica, mas também ricos fazendeiros seguem para o além-mar. Essa é a data em que surge no Brasil, pela primeira vez, o polonês da zona de ocupação russa (2005, p.33).

Infelizmente o Brasil não estava preparado para a quantidade de imigrantes que aportaram por aqui, a qual surpreendeu o próprio governo, como houve dificuldades para estabelecer essas pessoas, inúmeros imigrantes morreram com a falta de estrutura oferecida. Outros milhares foram alojados em barracos, já que as casas e os terrenos prometidos não estavam prontos. Entre estas dificuldades Oliveira destaca,

(...) os maus tratos quando da chegada à ilha das Flores até as doenças, sobretudo o cólera, e o falecimento das crianças, em virtude das péssimas condições de higiene - suportadas nas moradias de baixa qualidade no Paraná e em Santa Catarina onde estiveram inicialmente à espera da demarcação dos lotes (2009, p.229).

Vemos que a propaganda feita pelos agenciadores brasileiros era extremamente ilusória, e a realidade, quando os imigrantes chegavam ao Brasil, os deixava sem opção, precisavam conviver com todas as dificuldades até que pudessem receber os benefícios prometidos.

1.1 O ANO É 1875: A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA

Adolpho Lamenha Lins nasceu no Recife no ano de 1845, era de família de posses e tradicional de Pernambuco, sendo neto de marquês e filho de um coronel. Diplomou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife.

Foi casado com uma de suas primas, Maria Leonor Correa de Sá e Benevides, e ao ficar viúvo casou-se com Cândida de Oliveira.



FIGURA 1: Adolpho Lamenha Lins
FONTE: Acervo de Danusia Maria Walesko⁸

Antes de ser nomeado Presidente do Paraná, foi promotor público na província de Alagoas, secretário do governo e deputado da província de Pernambuco e por um curto período governador da província do Piauí no ano de 1874.

Entre 08 de maio de 1875 e 16 de julho de 1877, foi Presidente do Paraná⁹, “sendo nomeado através de um ato imperial em 10 de abril de 1875, tomando posse no dia 8 de maio” (POLINARSKI, 2008, p.19).

Como Presidente da Província apregoava mudanças no modo de tratar o colono:

⁸ <http://www.danusia.com.br/a-pre-historia-de-santa-candida-parte-iii/>

⁹Correspondia ao cargo de governador.

Dizer a verdade ao imigrante sobre a nova pátria que vem procurar, em vez de poéticas descrições e exageradas promessas, convencê-lo de que temos em seu alcance terras fertilíssimas, e promovemos a construção de boas vias de comunicação. Facilitar-lhe o transporte, evitando que o imigrante sofra privações e mau tratamento até o termo de sua viagem. Dividir bons lotes de terras nas vizinhanças dos centros populosos e fazê-los comunicáveis, por estradas de rodagem. Fazer o colono aderir à terra que habita, pelo direito de propriedade, facilitando-lhe a aquisição dela. Evitar que o imigrante, ao chegar, sofra vexames que lhe abatam o ânimo, ao seus primeiros passos em regiões desconhecidas. Estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos, e depois libertá-lo de qualquer tutela, deixando-o sobre si, e entregue ao desenvolvimento de sua própria iniciativa (PARANÁ, 1876, p. 79)¹⁰.

“Lamenha Lins fez do problema imigratório da província a principal meta de sua administração” (WACHOWICZ, 1975, p. 5) e teve “sua gestão, mais tarde compreendida pela denominação Linista” (POLINARSKI, 2008, p. 23), ao priorizar a colonização auxiliando em todos os aspectos, sendo na construção de pontes, capelas ou na compra de lotes. No curto período em que esteve à frente da província do Paraná, fundou as colônias de Santa Cândida, Orleans, D. Pedro, D. Augusto, Tomás Coelho, Lamenha, Santo Inácio e Riviere.

No ano de 1875, Adolpho Lamenha Lins recebeu ordens do Ministério da Agricultura para que preparasse terras ao redor de Curitiba para o estabelecimento de 200 colonos vindos da Antuérpia, Polônia. Para abrigar esses imigrantes comprou uma área de 5 milhões de metros quadrados “situados à margem da estrada da graciosa, no lugar determinado Atuba, e a 8 quilômetros de Curitiba” (PARANÁ, 1876, p.80), pois a Província não dispunha de terras devolutas.

Lamenha Lins explica também em seu relatório que,

(...) este terreno foi dividido em lotes de 108.900 metros quadrados, tendo todos eles excelente água, mato virgem, etc. Em cada lote mandei construir uma casa de madeira com 35 palmos de frente e 25 de fundo, e uma porta e duas janelas na frente. As casas são confortáveis e bem acabadas (...) os lotes estão já cercados e plantados, e os colonos mostram-se contentes e satisfeitos (...) alguns já possuem carroças e dedicam-se a indústria de transporte, sem prejuízo para sua lavoura (PARANÁ, 1876, p.88-89).

Tentando esclarecer que a colonização polonesa nos arredores de Curitiba dentro da proposta Linista estava indo a contento, há no mesmo relatório a informação

¹⁰ Todas as citações de documentos da época pesquisada, estão na grafia atual.

de que as despesas estavam em torno de 21:000\$000¹¹ gastos com o estabelecimento desses colonos, incluindo a compra do terreno, medições, construção das casas e estradas. Polinarski (2008, p. 32) explica que “a proposta da gestão Linista em trazer as colônias para as proximidades do âmbito urbano justificava-se também como uma forma de facilitar o pagamento da dívida adquirida pelos colonos”.

Lamenha Lins em homenagem à sua segunda esposa, Cândida de Oliveira, denominou esta colônia de Santa Cândida. Para a colônia do Santa Cândida vieram 208 colonos assim divididos:

TABELA 1: POPULAÇÃO DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA EM 1876.

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Total
Polonesa	93	75	168
Suíça	15	25	40
			208

FONTE: WACHOWICZ (1975, p. 9)

Lins demonstrou maior afinidade com esta colônia, por ter sido a primeira fundada na sua administração, colocando em prática suas concepções sobre como deveria processar as políticas imigratórias na Província.

No ano de 1877, Lamenha Lins relata a prosperidade da colônia: “é uma das mais prósperas dos arredores da capital. (...) os lotes estão todos cercados, e foram plantados de trigo, centeio, e outros cereais. A colheita do ano findo foi bastante animadora” (PARANÁ, 1877, p. 84).

Referente à população o mesmo relatório mostra o desenvolvimento da colônia que no início contava com 208 pessoas e passados dois anos aumentou significativamente, como nos mostra a tabela a seguir.

¹¹ Com a colônia Santa Cândida foram gastos 21:000\$000 contos de réis, com construção da capela na própria colônia, 6:897\$000 contos de réis e com o orçamento para a casa escolar em 1883, que não chegou a ser construída, 1:044\$000 contos de réis. Com esta comparação nota-se que o investimento com a fundação da colônia foi vultoso.

TABELA 2: POPULAÇÃO DA COLÔNIA SANTA CÂNDIDA 1877

Nacionalidade	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Polonesa	135	131	266
Suíça	15	25	40
			306

FONTE: WACHOWICZ (1975, p. 9)

Após o estabelecimento dos colonos em seus lotes, havia a preocupação por parte dos poloneses com a construção da capela e da escola, o que na colônia Santa Cândida veio logo em seguida. A primeira capela foi solenemente inaugurada no dia 6 de janeiro de 1877: “ultimamente terminou-se a construção da capela que já foi entregue ao culto. É um edifício elegante, bem construído e está bem ornado e servidos de paramentos, importando a despesa total em 6:897\$000” (PARANÁ, 1877, p. 84-85).

E exemplifica também os gastos totais do governo com a fundação das colônias, ficando acertado que esses gastos seriam cobrados dos colonos e o pagamento da dívida se daria de acordo com o regulamento de 1867.

O estabelecimento de um núcleo de 40 famílias pode custar 20 contos de reis incluindo a compra do terreno, construção de casas e todos os favores que a lei dispensa ao colono; fica ele perfeitamente estabelecido e habilitado a dedicar-se à lavoura e à indústria certo de que encontra mercado fácil para vender o produto de seu trabalho. Em pouco tempo pode ir suavemente pagando a sua dívida para com o governo, e melhorar sua propriedade” (PARANÁ, 1876, p. 79).

A citação deixa claro que a propaganda feita pelas agências que traziam os imigrantes não era totalmente verdadeira principalmente em relação à gratuidade das terras.

1.2 A ESCOLA NO INÍCIO DA COLÔNIA

Como já mencionado, em cada colônia o então presidente Lamenha Lins construía uma capela e uma escola visto que pensava a educação, nas palavras de Polinarski (2008, p. 26) “como indispensável para a formação de cidadãos

conscientes, que por meio da educação deveriam conhecer seus direitos e contribuir para o progresso do povo paranaense”. Nota-se que neste período já havia uma preocupação referente ao progresso do povo paranaense o que talvez fosse um início do pensamento que mais tarde culminou nas nacionalizações.

A primeira escola da colônia Santa Cândida teve início em 1877, dois anos após a sua fundação, sob a administração do professor José de Souza Guimarães¹². A escola funcionava em uma casa alugada e era denominada Szkola Polska¹³, onde as aulas de leitura e escrita eram ministradas para 41 alunos conforme relata o ofício de 31/10/1877 escrito pelo professor José de Souza Guimarães.

Obs: Desta pequena (aliás bastante grande em comparação da frequência de certas aulas de algumas cidades da Província) população escolar, cujos alunos são 29 do sexo masculino e 12 feminino, 3 brasileiros, 4 suíços e 34 polacos, e todos completamente analfabetos porém morigerados¹⁴, se vê que o estado de instrução da mocidade é desanimador porém esperançoso pelo número de frequência (PARANÁ, 1877, s/p).

Nas palavras do professor podemos perceber a preocupação com a instrução das crianças da colônia que por ser, em sua maioria composta por poloneses¹⁵, não tinham o conhecimento da língua vernácula, mas tinham a vontade de adquirir tal conhecimento, mesmo que

(...) o acesso ao ensino por parte das crianças e dos jovens poloneses constituísse uma tarefa complexa, uma vez que, no contexto do Brasil Imperial, as condições sociais e econômicas vigentes não permitiam o acesso da maioria das crianças brasileiras à escola, quanto mais dos filhos de estrangeiros, que apresentavam a barreira da língua estrangeira (LUPORINI, 2011, p. 173).

Neste primeiro momento do ensino na província do Paraná o professor era contratado e recebia um salário de 720\$000 anuais, dos quais 120\$000 destinados ao

¹² Professor da instrução pública nomeado no dia 17 de novembro de 1877 para assumir a escola da colônia Santa Cândida (JORNAL Dezenove de Dezembro, 20 de outubro de 1877, p.3 ed. 01851).

¹³ Escola Polonesa.

¹⁴ Que revela ter bons costumes; morígero.

¹⁵ Nas fontes pesquisadas vemos que a maioria das crianças eram polonesas mas não encontramos dados que apontem em qual idioma o professor José de Souza Guimarães ensinava.

aluguel da casa para a escola, como se observa na nota do “Jornal Dezenove de Dezembro¹⁶” de 19 de dezembro de 1877 (edição 01867), no qual o professor faz um pedido para que seja feito o pagamento referente ao aluguel da casa escolar, evidenciando a dificuldade de receber os recursos essenciais para a manutenção da escola na Colônia.

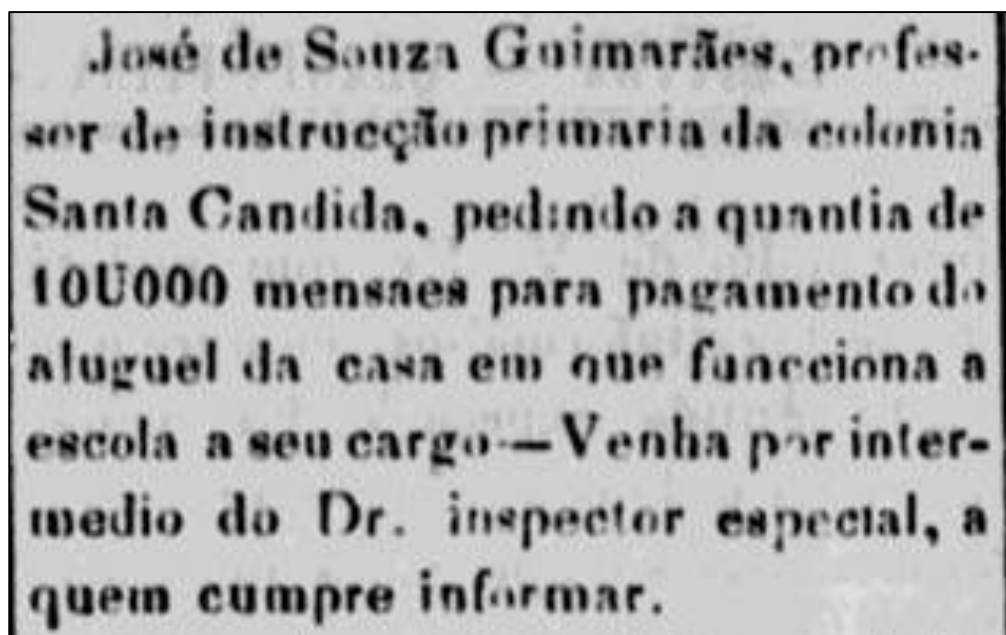


FIGURA 2: Nota sobre o professor José de Souza Guimarães
 FONTE: Jornal Dezenove de Dezembro. (19 de Dezembro de 1877, p. 2)
 ACERVO: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A partir de 1878 a colônia Santa Cândida é emancipada¹⁷ pelo governo e o professor José de Souza Guimarães passa a receber apenas uma gratificação, de acordo com o relatório de governo enviado ao Presidente Souza Dantas Filho em 4 Junho de 1879.

Estas últimas quatro cadeiras eram mantidas pelo Estado. Por ato do Presidente da Província foram emancipadas estas colônias e o governo geral por aviso de 19 de Novembro de 1878 declarou não convir que continuassem a ser abonados os vencimentos dos respectivos professores, sendo convertidos em gratificação de 15\$000 mensais a cada um. A Presidência da Província em 31 de Março último expedi-o ordem ao Tesouro Provincial a fim

¹⁶ O jornal Dezenove de Dezembro publicava os atos do governo provincial e da assembleia Legislativa e como recebia subvenção do governo servia de informativo oficial (MIZUTA, 2013).

¹⁷ A colônia deixa de receber auxílio do Governo Provincial.

de pagar aos professores destas colônias uma subvenção correspondente à metade dos vencimentos de professores do povoado (PARANÁ, 1879, s/p).

As quatro cadeiras citadas no relatório e que foram emancipadas em 1878 são as seguintes:

TABELA 3: COLÔNIAS EMANCIPADAS EM 1878¹⁸

Nú me ro s	Localidades	Nome dos Professores	Nomeação	Exercício
24	Colônia Orleans.	Jeronimo Durski.	21 de Fevereiro de 1879	16 de Abril de 1879
25	Colônia Abranches	D. Gertrudes Leocadia da Costa Netto.	15 de Maio de 1876	14 de Junho de 1879
26	Colônia Venâncio	Augusto Heke	15 de Maio de 1876	14 de Junho de 1879
27	Colônia St. Cândida	José de Souza Guimarães	17 de Outubro de 1877	14 de Junho de 1879

FONTE: PARANÁ, (1879, s/p)

ACERVO: Arquivo Público do Paraná

As escolas subvencionadas eram, de acordo com Renk, “construídas pelas comunidades e solicitavam o subsídio do governo” (2011, p.192), e um dos requisitos para essa ajuda era ter no mínimo 20 alunos e o professor deveria ministrar aulas em língua portuguesa. No entanto,

(...) nem sempre esses dispositivos eram obedecidos, pois há inúmeros relatos do governo de que, nestas escolas não se ministrava a língua nacional. Os descendentes de imigrantes eslavos as consideravam como suas escolas, e o governo, como escolas públicas (RENK, 2011, p. 192).

Como as escolas subvencionadas eram construídas pelos imigrantes mas recebiam a ajuda do governo, a dificuldade de entendimento quanto ao ensino da língua vernácula, que muitas vezes era negligenciada pelos poloneses, se tornava um entrave, visto que para eles a escola era parte da comunidade.

¹⁸ A tabela 3 está completa nos anexos.

Depois de seis anos lecionando na escola polonesa, o professor José de Souza Guimarães pede transferência, no ano de 1883, para o bairro Santa Cruz, Votuverava, atualmente Rio Branco do Sul.

José de Souza Guimarães, professor da ex. colônia Santa Cândida, requer respeitosamente a V.Ex^a que se digne autorizar a Diretoria Geral da Instrução Pública a contratar como suplicante a regência da cadeira de instrução primária no bairro de Santa Cruz, município de Votuverava (PARANÁ, 1883, p. 221).

O pedido de transferência foi feito em 10 de agosto de 1883, e no dia 16 de agosto do mesmo ano o professor assumiu a escola de Santa Cruz (PARANÁ, 1883, p 153).

Talvez o motivo da transferência tenha sido a emancipação da colônia Santa Cândida, assim como a diminuição do salário¹⁹, já citada no relatório de 1879, em que é mencionado que o governo passou a pagar aos professores das colônias emancipadas a metade do que recebiam os professores das escolas públicas.

Com a saída do professor a comunidade depara-se com dificuldades para encontrar novos professores, o que levou

(...) as comunidades polonesas a instituírem a escola comunidade, em que seus membros escolhiam entre seus elementos aquele que apresentasse certos requisitos para as funções de professor tais como, desembaraço, capacidade de saber ler e escrever satisfatoriamente. Assim, alguns colonos, rudes homens do campo, tornavam-se pedagogos improvisados (OLIVEIRA, 1986, p.78).

Na esperança de melhorar as condições do ensino na colônia e visto a falta de apoio do governo para com a educação, em 14 de maio de 1883,

(...) os colonos fizeram uma petição ao Presidente da Província, Carlos Augusto de Carvalho, solicitando auxílio para construir a casa escolar. Os colonos numa coleta que fizeram, arrecadaram para tal fim 424\$000 rs, à

¹⁹ Em 26 de outubro em 1882, o professor José de Souza Guimarães faz o pedido por um pagamento justo, visto que é impossível viver decentemente com o ordenado de 33\$000 réis mensais (PARANÁ, 1882, p. 21). Esse pedido foi indeferido o que leva a ser um dos motivos de sua transferência. Há discrepância de valores salariais entre o relatório de 1879 e o pedido do professor em 1882.

razão de 8\$000 rs por doação, o que totalizaria 53 colaboradores [...] o orçamento para se erigir a casa escolar era de 1.044\$000rs (WACHOWICZ, 1975, p. 14).

Reforça-se assim a união e o interesse dos colonos pela educação dos filhos. Wachowicz comenta sobre esse interesse quando afirma que “os colonos, eles mesmos em parte analfabetos, esforçaram-se e tomaram a iniciativa de proporcionarem aos seus filhos ao menos o conhecimento das primeiras letras e as quatro operações de aritmética” (1970, p. 20-21).

No despacho do Presidente Carlos Augusto de Carvalho, este solicita que os colonos peçam ajuda à Assembleia Provincial – Palácio da Presidência do Paraná - 31/05/1883 (PARANÁ, 1883, p. 69-70), deixando claro que a tão almejada ajuda do governo para a construção do novo prédio escolar ficou apenas no papel.

Vemos assim nas palavras de Gluchowski, a falta de apoio à educação no período provincial

(...) porquanto até é possível, como afirmam alguns conhecedores da situação, que as autoridades competentes prefiram lidar com um colono ignorante a enfrentar um cidadão consciente, conhecedor dos seus direitos e que sabe se defender (2005, p.197).

O mesmo autor enfatiza ainda que “na luta contra o analfabetismo, a população das colônias só pode contar com as suas próprias forças” (GLUCHOWSKI, 2005, p.198).

Após a saída do professor José de Souza Guimarães, nos anos seguintes vários colonos exerceram a função de professor²⁰ na escola na colônia Santa Cândida: Jadwiga kolodziej, José Nadolny, Leopoldo Jelen. No entanto, a troca de professores era frequente, pois sem a ajuda do governo, quem mantinha os salários desses professores eram os próprios colonos, que pagavam tanto com dinheiro, em torno de 1,5 mil reis, ou

²⁰ “Escolhiam para o cargo um indivíduo, entre eles que fosse considerado mais desembaraçado e capacitado e que soubesse, ao menos satisfatoriamente, ler e escrever. (...) um rude campônio, um pedagogo improvisado” (WACHOWICZ, 1970, p. 24).

(...) para não se pagar em dinheiro ao professor, os moradores plantavam, no terreno da Sociedade, ou em outro alugado, de um ou dois alqueires, milho, ou qualquer outro cereal para o professor; davam-lhe ainda um ou dois suínos, os quais o professor teria de engordar para obter gordura (WACHOWICZ, 1962, apud WACHOWICZ, 1970, p. 25).

Em seguida, professores formados na Polônia assumem a escola. Nomes como, Henrique Grundwald, Henrique Mazanek e Pedro Grott. (FENIANOS, 2002).

O jornal “A República” do dia 11 de Novembro de 1907, notícia que o professor Pedro Grott dirigia a escola da colônia Santa Cândida.

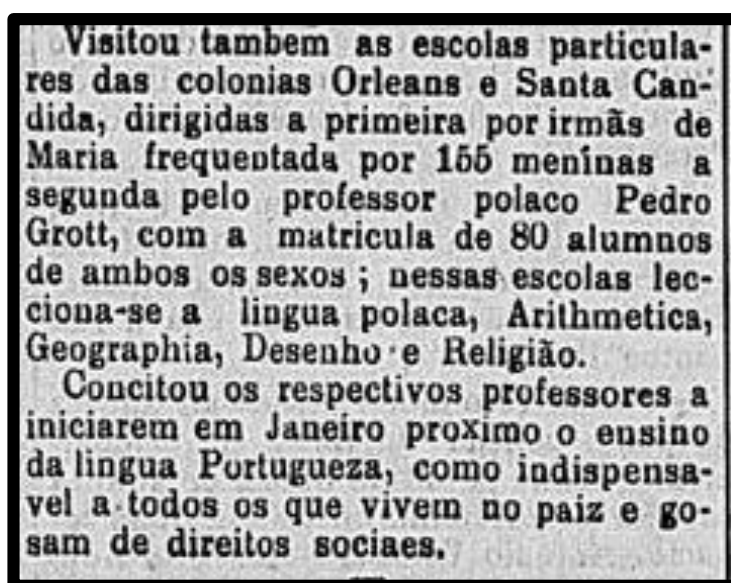


FIGURA 3: Visita às escolas particulares
 FONTE: Jornal “A República” de 1907
 ACERVO: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Na mesma nota, o Dr. Delegado fiscal da 1ª circunscrição, Dr. Laurentino Argio de Azambuja²¹, deixa explícita a obrigatoriedade que vem sendo colocada pelo governo no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa nas escolas particulares. Retornaremos a esta questão no capítulo referente às nacionalizações.

Pedro Grott, estando à frente da escola da colônia Santa Cândida e realizando um bom trabalho recebe elogios do Diretor Geral da Instrução Jayme Dormund dos Reis²², como observa-se no relatório de 1909, “(...) encontrei grande frequência de alunos. O Sr. Profº Pedro Grott tem, em sua escola, dois grupos de crianças, as quais

²¹ Nomeado por decreto no dia 02 de julho de 1907 (PARANÁ, 1908, p.35).

²² Médico-sanitarista Dr Jayme Dormund dos Reis foi eleito interinamente Diretor Geral da Instrução Pública por decreto em 12 de junho de 1909 (PARANÁ, 1909, p.19).

ministra instrução primária, e todas descendentes de colonos polacos” (PARANÁ, 1909, p. 89) e continua:

É digno de louvor o procedimento do professor Grott, que, procura tornar corrente entre seus discípulos a língua originária de nosso torrão civilizado, a qual, bem divulgada, falada por todos aqueles que aqui residem, vira a concorrer, com fator poderoso para a formação definitiva e a estabilidade de nossa nacionalidade (...). Depois dessa apreciação entendo que, enquanto assim continuar a proceder o Sr. professor Grott, é ele digno de merecer a proteção do nosso governo (PARANÁ, 1909, p. 89).

O professor Pedro Grott permaneceu na escola da colônia Santa Cândida até meados de 1910, quando o professor José Gregório Dolska assume a direção da escola.

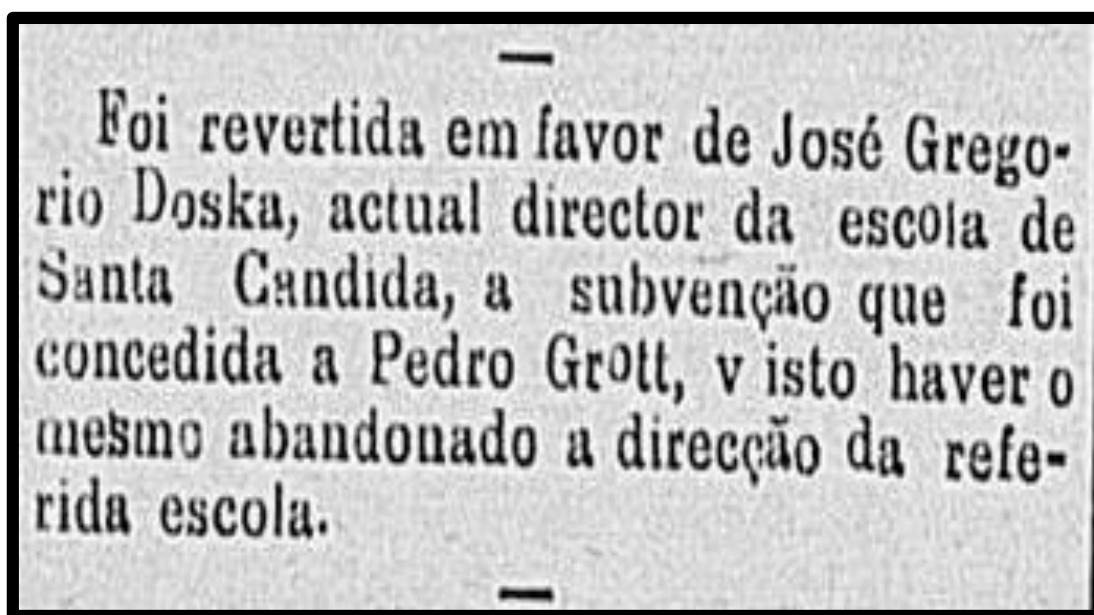


FIGURA 4: Nota explicativa sobre a mudança de professor
FONTE: A República 23 de abril de 1910
ACERVO: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O professor José Gregório Dolska²³ que era professor subvencionado na colônia Santa Felicidade em 1910, em seguida é transferido para a escola da colônia

²³ O professor José Gregório Dolska é um professor subvencionado pelo governo provincial.

Santa Cândida e permanece no cargo até 1912²⁴, quando as Irmãs da Sagrada Família encarregam-se desta função.

1.3 1912 E A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO: A ESCOLA EM NOVAS MÃOS

Em 1906 chegam ao Brasil as Irmãs da Congregação da Sagrada Família de Maria²⁵ e em 1912 as Irmãs polonesas Ludvica Babula e Ana Kornowski chegam à colônia Santa Cândida, povoada principalmente por poloneses, a pedido do Padre Leon Niebieszczanski, que solicitou diretamente à Madre Geral Sofia Koncza²⁶, que enviasse Irmãs para assumirem o trabalho escolar na colônia.

Ao chegarem, encontraram uma casa de madeira em péssimas condições, pois a construção de um novo prédio escolar em 1883 não havia acontecido. Mesmo assim começaram com o trabalho escolar para 64 alunos. Além de se preocuparem com a limpeza da escola e da Igreja assumiram também o coral e o acompanhamento do órgão (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA, s/d, p. 80).

A dificuldade encontrada pelas Irmãs com relação à escola era “semelhante àquelas que existiam em outras localidades nos arrabaldes de Curitiba, escolas isoladas, abrigadas em construções de madeiras, e que muitas vezes foram criadas graças aos protestos e reclamações dos imigrantes” (FENIANOS, 2002, p. 21). Assim, notadamente o auxílio do governo em relação à educação dos imigrantes, resumia-se a uma pequena ajuda para o pagamento dos salários dos professores. Desta forma,

²⁴ As tabelas completas com a relação dos nomes dos professores subvencionados encontram-se nos anexos.

²⁵ A Congregação foi fundada pelo Arcebispo de Varsóvia Zygmunt Felinski, em 27 de dezembro de 1857. As primeiras Irmãs da Congregação chegaram a Curitiba no dia 1º de março de 1906 e nos anos seguintes foram abrindo escolas em diversas comunidades polonesas e em 1912 no Santa Cândida (MIKA, 2012, p.18).

²⁶ A Congregação tem o seu governo central na pessoa da Madre Geral que é eleita no Capítulo geral realizado a cada seis anos, na sede central, em Varsóvia - Polônia. A Madre Superiora Sofia Koncza teve muito zelo pelas Irmãs, visitava-as constantemente nas comunidades, inclusive em nossa Província, onde esteve por duas vezes: em 1909 e em 1911 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA, s/a, p. 59-60).

a escola passava por períodos ora sendo particular²⁷, ora sendo subvencionada²⁸. Nas fontes consultadas encontramos relatos que dizem que as escolas eram particulares mas recebiam subvenção do governo, como vemos no relatório de governo de 1909 onde Jayme Reis descreve a visita realizada na escola do Santa Cândida: “em resposta ao ofício visitei a escola particular do peticionário Sr. Pedro Grott (...). Depois desta apreciação entendo que, enquanto assim continuar a proceder o Sr. professor Grott, é ele digno de merecer a proteção do nosso Governo” (PARANÁ, 1909, s/p).

Pelo teor do relato do inspetor Jayme Reis vemos que o professor Grott fez um pedido ao governo, e, ao receber a visita do Inspetor de Ensino, subentende-se que o pedido foi aceito e que a proteção mencionada seria o pagamento da subvenção.



FIGURA 5: Primeira escola em 1877, Szkola Polska
FONTE: Colégio Santa Cândida.

A fotografia registra a inauguração da Szkola Polska em 1877. Na imagem vemos grande número de colonos. Homens, mulheres e crianças, com as bandeiras hasteadas. Há uma certa arrumação para a foto, homens e mulheres estão separados

²⁷ Inteiramente mantida pelos colonos.

²⁸ Mantida em partes pelo governo.

e as crianças sentadas ao centro. Foi um dia festivo, pois podemos ver na fotografia que houve uma preocupação com as vestimentas.



FIGURA 6: Fotografia ampliada para destacar o nome da escola (1877)
 FONTE: Colégio Santa Cândida

As Irmãs permaneceram nesta casa escolar de 1912 a 1922 quando a comunidade juntou forças para erguer a nova escola com a iniciativa do Padre Paulo Warkocz. Os moradores juntamente com o pároco arrecadaram donativos, além de ajudarem na própria construção. No decorrer de um ano o prédio de alvenaria estava pronto, e contava com duas salas amplas (MIKA, 2012). A escola passou a funcionar em dois turnos para atender a 85 alunos (PARANÁ, 1922, s/p) e ministrava aulas de Língua Polonesa, Música, Trabalhos Manuais e Prendas Domésticas. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, a educação das crianças não foi abandonada, os colonos e as Irmãs apresentaram garra e vontade em manter a escola (MIKA, 2012).

A construção de uma nova casa escolar ocorreu após 45 longos anos²⁹ de precariedade para abrigar os alunos e as Irmãs. Esta construção ficou conhecida como Casarão e foi inaugurada em 1922 como mostra a figura. Gluchowski³⁰ (2005, p. 56) comenta sobre a escola no ano de 1927: “na colônia encontra-se o mais bonito

²⁹ De 1877 a 1922.

³⁰ 1920, Kazimierz Gluchowski chegou ao Brasil como o primeiro cônsul Polonês para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (GLUCHOWSKI, 2005, p. 17).

prédio escolar que os poloneses possuem no Paraná. Lecionam ali as Irmãs da Sagrada Família”.



FIGURA 7: Casa escolar conhecida até hoje como Casarão- 1922;
FONTE: Colégio Santa Cândida

Na fotografia, apesar do calor, principalmente sentido pelos homens em seus trajes escuros e atenuado pelas sombrinhas de algumas senhoras, toda a comunidade fez questão de estar presente no registro da imagem da inauguração da nova escola. O momento era muito significativo para a comunidade de Santa Cândida pois graças aos auxílios dos próprios moradores e do Padre da época foi possível erguer o novo edifício escolar, de arquitetura típica do imigrante europeu (FENIANOS, 2001, p.23).

Passados dois anos da construção do novo prédio da escola a situação era a seguinte:

TABELA 4: SITUAÇÃO DA ESCOLA SANTA CÂNDIDA NO INÍCIO DE 1924

Nº e nome	01 Irmãs Sagrada Família
Estado, Município Localidade	Curitiba, Santa Cândida
Ano de Fundação	1912
Professor	2 Irmãs
Alunos poloneses masculinos	51
Alunos poloneses Femininos	49
Total	100
Outras Nacionalidades	Não tem
Mensalidades por aluno (mil reis)	1,5

Despesas média da colônia com a escola (mil reis)	150
Obs:	50 contos da paróquia

FONTE: GLUCHOWSKI (2005, p.213)

Quando a colônia foi fundada em 1875, junto com os imigrantes poloneses vieram alguns suíços, mas no ano de 1924, ao analisarmos a tabela vemos somente alunos poloneses, talvez pela questão da língua. Outro ponto relevante é referente à cobrança de mensalidade, mostrando que nesse período a escola era particular. Após doze anos sob a direção das Irmãs, a escola já contava com 100 alunos para duas professoras.

Nas décadas iniciais dos anos 1920, surgem no Paraná associações que começam a pensar a educação dos poloneses de uma forma mais organizada, a Oswiata³¹, e a Kultura³². A Szkola Polska da colônia Santa Cândida dirigida pelas Irmãs da sagrada Família fazia parte da Oswiata.

A Oswiata, segundo Gluchowski (2005) era a “União das Escolas Católicas Polonesas” mantidas pela própria Igreja, que surgiu em Curitiba no mês de abril de 1922, com o objetivo de fundar escolas,

(...) nas mais longínquas e atrasadas colônias. As escolas passaram a funcionar durante o ano letivo inteiro. A assistência recebida fez aumentar o número de alunos matriculados, bem como frequência dos mesmos. O material escolar foi aprimorado, as condições materiais do professor melhoradas e eliminaram-se os elementos indesejáveis no magistério (WACHOWICZ, 1970, p.51).

A partir do estabelecimento da Oswiata, em relação a quantidade de matrículas verificamos que houve um aumento significativo, em 1877 a Szkola Polska contava com 41 alunos, passando a ter em 1924, 100 alunos. Quanto a ideia de

³¹Tanto a Oswiata (Educação) quanto a kultura (Cultura) tinham o mesmo programa de ensino, o que diferenciava uma da outra era o ensino religioso obrigatório oferecido pela Oswiata, enfatizando a catolicidade (GLUCHOWSKI, 2005). A competitividade e a rivalidade, que desde o início surgira entre essas duas organizações, foi benéfica, apresentando resultados compensadores. (WACHOWICZ, 1970, p. 51). Para saber mais procurar em GLUCHOWSKI, K. **Os Poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz&Ordakowski Editores. 2005.

³² União das Sociedades Educativas Polonesas.

“eliminar-se os elementos indesejáveis” verificamos que esta preocupação já existia anos atrás como mostra o relatório de 1907. O Delegado Fiscal Dr. Laurentino de Azambuja relata:

Visitei também as escolas polacas de Santa Cândida, da colônia Orleans, a do Orfanato S. José do Cajuru e o colégio Bom Jesus, dos Padres Franciscanos. (...) é mister que esse trabalho seja confiado aqueles que apresentarem a necessária competência profissional e aptidão para os labores do magistério (PARANÁ, 1908, p.68).

Nas escolas das Irmãs havia também a preocupação com o ensino das meninas, visto que os colonos poloneses prezavam mais pela educação dos meninos, pois via-se o menino como o principal herdeiro da família. Wachowicz enfatiza que a compreensão à época era que,

(...) o rapaz precisava estar melhor preparado, porque é homem e tem maior responsabilidade. (...) a menina, achavam os colonos, pelo contrário, não tendo de arcar com todas as responsabilidades, dependente, em todas as circunstâncias, do marido, ficaria em casa (1970, p. 32).

Assim, as Irmãs buscavam informar os colonos que as meninas também deveriam participar das aulas, pois elas aprenderiam corte e costura, prendas domésticas, o bom trato com a família e trabalhos manuais, sendo preparadas para serem ótimas esposas.

A escola das Irmãs era a mais frequentada, como comprova o Delegado Fiscal da 1ª circunscrição Laurentino de Azambuja.

Santa Cândida. Professora normalista Dona Orminda Macedo Xavier. Funciona fora na sede no lugar denominado-Bairro Alto. Matrículas 23 anos [sic], presentes seis de ambos os sexos. A frequência é diminuta, devido à grande concorrência que faz a escola polaca da colônia Santa Cândida. Talvez houvesse vantagem em fazê-la funcionar no mesmo edifício da referida escola (PARANÁ, 1908, p. 67).

Podemos pensar que talvez a frequência na escola da colônia Santa Cândida era maior pelo fato de que:

(...) escolas das Irmãs da Sagrada Família, desfrutavam de melhor prestígio entre os colonos, devido:

- a) serem as aulas ministradas com continuidade;
- b) não haver mudanças de professor durante o ano letivo;
- c) terem os pais maior confiança nas religiosas;
- d) serem essas escolas mais baratas do que as Escola-Sociedade, para a qual era obrigado a pagar a sua taxa de associado e mais a mensalidade do professor referente ao filho que frequentava a escola;
- e) não ter o colono a preocupação de recrutamento de professores nem de manutenção da escola (WACHOWICZ, 1970, p. 34).

Por fazer parte da organização Oswiata, havia o interesse dos colonos em manter seus filhos na escola particular sob a direção das Irmãs pelos inúmeros benefícios apresentados em relação ao ensino das crianças da colônia. Constatamos que havia a responsabilidade das Irmãs em manter o funcionamento da escola, mesmo passando por inúmeras dificuldades.

2. A IDENTIDADE CULTURAL, O USO DA LÍNGUA E OS PROCESSOS DE NACIONALIZAÇÃO

Um dos elementos mais marcantes da cultura é o uso da língua materna, e ser proibidos de utilizá-la trouxe temor aos imigrantes poloneses, que viram na escola uma maneira de conseguir manter sua cultura no Brasil. “A cultura de um grupo étnico não se perde com a emigração, mas acentua-se e os grupos étnicos buscam elementos para diferenciarem-se” (RENK, 2014, p. 297).

A língua polonesa falada em casa pela família e ensinada na escola, reforçou a identidade cultural deste povo. Nas escolas polonesas a língua brasileira era deixada em segundo plano, como reforça o Inspetor Geral do Ensino do Paraná, Cesar Prieto Martinez³³: “a completa ignorância da nossa língua, em dezenas de colônias, por parte dos poloneses que aqui vieram crianças (...) ou os aqui nascidos e que apesar dos seus 30 anos de idade, ainda não sabem dizer o bom dia” (PARANÁ, 1924, p.77). Renk menciona que nessas escolas “era como estar em um país estrangeiro: o outro idioma, a saudação em polaco e mapas, livros, cartas, murais da Polônia” (2011, p.194).

Dentro das colônias a escola foi fundamental para a consolidação da língua materna, pois era a maneira de continuarem a cultura polonesa. Quanto à aculturação polonesa, o Inspetor Cesar Prieto Martinez revela sua preocupação: “dentro do colégio a criança está dentro da própria Polônia. Dir-se-ia que até o céu e ares são poloneses, tal o ambiente moral que ali se respira” (PARANÁ, 1924, p.24).

Os poloneses acreditavam na educação e nela investiam, apesar de todas as dificuldades apresentadas na nova pátria:

(...) os poloneses que se fixaram no Brasil eram, em sua maioria trabalhadores braçais³⁴, sendo surpreendente que tenham sido capazes de criar uma rede de escolas e professores com formação adequada para

³³ Cesar Prieto Martinez foi Inspetor Geral do Ensino no Paraná nos anos de 1920-1923 e assim se apresentava: “não sou estranho ao magistério; pois na carreira de professor, vae para vinte annos, tenho empenhado as minhas energias, já estudando todos os problemas que a Pedagogia procura resolver (PARANÁ, 1920, p. 3).

³⁴ Predominantemente, os poloneses que se fixaram no Brasil não possuíam instrução superior, sendo 80% camponeses e 14% operários e artífices: apenas 2% eram comerciantes e 4 % pertencentes a outras profissões. Grande parte destas pessoas eram analfabetas (LUPORINI, 2007, p. 217-218).

ensinar crianças e jovens, ao estabelecer instituições de variadas naturezas, destinadas a promover ampla formação intelectual e cultural aos seus beneficiários (LUPORINI, 2007, p. 217-218).

A falta de escolas e o pouco incentivo do governo com a Instrução Pública impulsionou a criação das escolas polonesas nas colônias para atender ao contingente de imigrantes que aqui chegaram. “A escola polonesa foi a única solução que o colono poderia encontrar para tal situação: uma escola particular e um ensino na sua própria língua de origem” (WACHOWICZ, 1970, p. 39).

No início do século XX as escolas étnicas viviam à margem do aparelho do Estado, e isso dificultou a implantação de uma instrução nacionalizadora já que essas instituições viabilizavam o ensino do idioma das crianças polonesas, como é relatado pelo Inspetor de Ensino Cezar Prieto Martinez:

(...) o perigo reside nas escolas rutenas³⁵ e polacas, para as quais a inspetoria geral do ensino tem voltado todo o interesse e toda fiscalização. O aferro à Pátria de além-mar pelas escolas rutenas e polacas é devido à localização em massa dos colonos dessas nacionalidades em um mesmo ponto distante e isolado dos centros nacionais (PARANÁ, 1924, p. 164).

Após essas impressões relatadas pela Inspetoria Geral do Ensino vemos que inicia-se uma intensificação na inspeção escolar nas colônias, pois pelo ideal do Estado Brasileiro, “a educação deveria constituir-se num projeto estratégico de mobilização controlada” (BOMENY, 1999, p.142), e a escola serviria para nacionalizar o ensino, impondo assim a língua vernácula aos filhos dos imigrantes, como enfatiza o Inspetor: “o nosso idioma é inteiramente desconhecido por essas populações, cujos filhos aqui nasceram” e continua:

(...) julgamos indispensável uma campanha nesse sentido. Em primeiro lugar, por meio de uma propaganda eficaz, devemos convencer os colonos que seus filhos, nascidos no Brasil devem ser brasileiros de corpo e alma, advindo disso vantagens unicamente para si próprios e para a terra que tão generosamente os hospede e os torna felizes (PARANÁ, 1921. p. 23-24).

³⁵ Da Rutênia; relativo aos rutenos, povo eslavo que habita regiões da Galícia, da Hungria, da Ucrânia e da Lituânia.

Nasce assim um embate entre governo e imigrantes no sentido que os dois lados tinham ideais parecidos, ou seja, queriam preservar sua língua materna que era a principal mantenedora da identidade, como é afirmado por Renk, “percebe-se que a cada legislação escolar que afirmava e reafirmava a necessidade do ensino em língua nacional, as escolas étnicas buscavam alternativas para cumprir a legislação e manter uma escola diferenciada” (2014, p. 302).

Não bastasse todos os problemas vivenciados pela falta de apoio por parte do governo, de recursos, de escolas, de professores, os imigrantes ainda enfrentaram o drama das nacionalizações do ensino, ocorridas no Brasil.

2.1 O PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

A primeira nacionalização do ensino ocorre no país no mesmo período da Primeira Guerra Mundial³⁶.

Uma onda de nacionalismo apoderou-se das autoridades constituídas. Com o grito de “perigo germânico”, lançado pela imprensa nacional, face às emoções e perigo que a guerra proporcionava ao Brasil. (...) levou as autoridades à revisão das leis existentes sobre os estrangeiros (WACHOWICZ, 1970, p. 36).

E uma das formas encontradas pelas autoridades para criar o sentimento de pertencimento à nação foi por meio da revisão das leis e principalmente da educação.

O Paraná sendo um Estado com uma grande população de imigrantes, contava com muitas escolas particulares, segundo o relatório de Cesar Prieto Martinez, em Curitiba o número de escolas particulares chegava a 14 instituições com 4.403 alunos matriculados em 1921 (PARANÁ, 1921, p.67). Desta forma, Wachowicz afirma que “no Estado do Paraná, falar em ensino particular estrangeiro era praticamente referir-se às escolas polonesas” (1970, p.37).

³⁶28 de julho de 1914 – 11 de novembro de 1918.

As preocupações com a nacionalização do ensino estiveram em pauta desde que a imigração para o Brasil se consolidou e parte destas está vinculada à questão do ensino da língua vernácula e da educação desses imigrantes.

Pela Constituição Republicana de 1891 o ensino primário era de competência dos Estados, sendo assim, as legislações relativas às nacionalizações são predominantemente estaduais (CURY, 2011, p.22).

Com o decreto n. 93 de 11 de março de 1901, que não menciona diretamente a nacionalização, mas regula o ensino particular e no artigo 3º estabelece que “os institutos escolares particulares estão sujeitos apenas ao controle da saúde, da moralidade e da estatística” (PARANÁ, 1901) vemos que se iniciam as legislações referentes a este ensino no Paraná³⁷. Gluchowski explica que “na medida em que estas instituições não contassem com subvenções do governo, não era obrigatório nelas o ensino da língua portuguesa” (2005, p.186), como é caso da escola da colônia Santa Cândida que deixou de ser subvencionada pelo governo e não haveria a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa, conforme já mencionado.

A partir da lei n. 894 de 19 de abril de 1909 verificamos o fortalecimento das interferências nacionalizadoras, que trata da obrigatoriedade do ensino e no artigo 83 explica que é,

É obrigatório o ensino da língua nacional nas escolas primárias, particulares, e nestas como nos demais estabelecimentos de instrução de qualquer natureza, o ensino será ministrado em língua vernácula, exceto quando se tratar de ensino prático de língua estrangeira (PARANÁ, 1909, apud WACHOWICZ, 1970, p. 36).

Tornando claro o ideal do Estado em nacionalizar as escolas particulares. No entanto a lei fica apenas no papel, como afirma Gluchowski, “A lei não era cumprida” (2005, p.186) e os poloneses não tomaram ciência do enorme problema que estava por vir.

³⁷ No setor do ensino, a Constituição Federal permitia aos Estados legislar sobre o assunto (WACHOWICZ, 1970.p, 36).

Durante a Primeira Guerra Mundial, o decreto n. 17³⁸ de 9 de janeiro de 1917 e em seus artigos 180 e 181, faz referência à obrigatoriedade do ensino da língua vernácula.

Art.180 – É obrigatório, em todas as instituições particulares do curso primário ou secundário, nacionais ou estrangeiras, o ensino da Língua Portuguesa.

Art. 181 – Não poderão receber quaisquer favores diretos ou indiretos do Estado ou Institutos as escolas particulares que não cumprirem os seguintes preceitos: [...]

§ 2.º - Ensinar a Corografia do Brasil, a História do Brasil e a Língua Portuguesa, ao menos de acordo com o programa oficial do curso primário. (PARANÁ, 1917).

Embora o decreto obrigasse as escolas a cumprirem as normas referentes à obrigatoriedade do ensino da língua vernácula, vinculado a receber ou não favores do governo, este não interferiu diretamente no ensino ministrado nas escolas particulares de imigrantes, pois “as escolas incorporaram os elementos prescritos na legislação escolar, sem abandonar a cultura de origem do grupo, criando uma cultura escolar própria” (RENK, 2014, p. 296).

Relativo ainda as legislações iniciais³⁹ que o governo estadual instituiu, onde estipulavam normas quanto ao ensino da língua polonesa nas escolas estrangeiras, a madre superiora Irmã Elzbieta Stanislawska (1913-1920) da Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Maria, em suas Crônicas⁴⁰ escrevia algumas palavras sobre as dificuldades enfrentadas pelas Irmãs que estavam à frente da escola da colônia Santa Cândida quanto às possíveis intervenções.

Autoridades brasileiras fazem pressão para que a língua nacional seja valorizada⁴¹

O ano de 1917 não era mais feliz, nem melhor que o anterior. As irmãs lutavam contra várias dificuldades; estas só se multiplicavam dia a dia como cogumelos após a chuva. As autoridades de educação abordaram as escolas

³⁸ O decreto n. 17 é Estadual e ficou conhecido como “Código de Ensino”.

³⁹ Decreto n. 93 de 11 de março de 1901; lei n. 894 de 19 de abril de 1909; decreto n. 17 de 09 de janeiro de 1917.

⁴⁰ As crônicas são um livro manuscrito onde estão relatadas as visitas feitas às escolas onde a Madre da Província Menino Jesus, explicitam todas as dificuldades enfrentadas pelas Irmãs.

⁴¹ Tradução da professora Filomena Gorski. O texto original em polonês está nos anexos.

particulares, fazendo exigências quanto ao ensino da língua portuguesa. As visitas mesmo que rigorosas não prejudicaram as irmãs que estavam com receio pois não dominavam a língua portuguesa. As irmãs não tinham tempo para se aprofundar nos estudos da língua portuguesa. Tinham obrigações com a casa: comida, roupa, horta e bordavam paramentos para Igrejas a fim de se sustentarem; mais trabalho na igreja. Não sobrava tempo para preparar aulas. (CRÔNICAS DA PROVÍNCIA DA SAGRADA FAMÍLIA, 1917, s/p).

As Irmãs expõem as dificuldades vividas no ano de 1917 referentes às exigências que o governo estava impondo quanto ao ensino da língua portuguesa: e Renk, utilizando-se das Crônicas da Província da Sagrada Família, explica essas exigências:

(...) ao visitar as irmãs recomendou e insistiu que estudassem o português, dominando pelo menos 10 palavras por dia, pois seria necessário para o futuro. Em consequência dos dissabores da guerra de 1914 as exigências do governo em relação às escolas estrangeiras foram aumentando e tornando o ensino na língua portuguesa, obrigatório. No início de 1917 os inspetores de ensino começaram a visitar todas as escolas particulares tanto nas cidades como no interior, para verificar se o ensino na língua portuguesa estava sendo observado (CRÔNICAS DA PROVÍNCIA DA SAGRADA FAMÍLIA, 1917 apud RENK 2009, p. 518).

O pedido da madre superiora para que as Irmãs professoras aprendessem o português ressalta a preocupação quanto às fiscalizações que estavam se intensificando e com o possível fechamento da escola, pois de acordo com as fontes não tinham tempo suficiente para aprender a língua portuguesa para continuar a lecionar.

Em 1918, o deputado paranaense Hugo Simas apresentou ao legislativo estadual um projeto de lei, que foi aprovado mas não entrou em vigor, exigindo o uso exclusivo da língua portuguesa nas escolas particulares. O projeto de lei elaborado pelo deputado assim determinava:

- a- nenhuma escola particular poderia funcionar sem a prévia autorização e aprovação dos seus programas de ensino pelo Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública;
- b- seria obrigatório o uso da língua portuguesa em todas as cadeiras que o governo determinasse;
- c- cabia à secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública verificar o conhecimento do português por parte dos professores estrangeiros (WACHOWICZ, 1970, p. 40).

Entre a comunidade polonesa de Curitiba houve diversas manifestações contrárias ao projeto e em uma carta aberta o Sr. Simão Kossobudski⁴² escreve sobre as novas imposições do projeto Hugo Simas, como citado por Wachowicz (1970, p.41): “Não se deve fechar as escolas particulares estrangeiras, mas abrir novas escolas públicas, bem montadas e aparelhadas, para que os colonos deem preferência a estas”, não fazendo sentido impor regras tão duras por parte do Estado, como o possível fechamento de escolas, em um momento de extrema carência no campo educacional.

No ano 1920 é promulgada a Lei Estadual n. 2005, no governo de Caetano Munhoz da Rocha, que determinava a obrigatoriedade do ensino de História do Brasil, Geografia e Língua Portuguesa, com o seguinte teor:

Art. 1º - As escolas particulares estrangeiras que funcionam no estado são obrigadas a ensinar em língua vernácula, História do Brasil, Coreografia do Brasil e a Língua Portuguesa, de acordo com o programa de ensino oficial.

Art 2º - As aulas dessas matérias devem ter duração, pelo menos de três horas por dia.

Art 3º - Quando a escola estrangeira solicitar, o governo poderá nomear um professor normalista para reger a cadeira e lecionar essas matérias, sem ônus para o estabelecimento, sendo o professor considerado em função pública (PARANÁ, 1920, apud WACHOWICZ, 1970, p. 43).

No período compreendido entre 1909 e 1920 todas as legislações mencionaram regulações importantes para as escolas polonesas mas vemos nas escolas regidas pelas Irmãs a dedicação que empregavam ao ensino, como afirma Cesar Pietro Martinez em seu relatório:

Admiramos nessas casas dirigidas por congregações religiosas, o asseio e a ordem. Percebe-se que é apenas o interesse espiritual que as anima a fundá-las e mantê-las, pois os colonos pagam a insignificância de 1\$500 por aluno, raramente 2\$000⁴³, e em muitos casos tem redução ou nada pagam. Tais instituições vivem mais da caridade, pois se não fora o auxílio que recebem

⁴² Médico polonês com grande influência na colônia polonesa em Curitiba no ano de 1916.

⁴³ Encontramos uma reportagem de 10 de janeiro de 1925 do Jornal “O Estado do Paraná”, onde a Casa Bichara anuncia preços de roupas, um par de meias é vendido por 1\$300, gravatas de seda 5\$00, vestidos para senhoras artigo crepom VOILE a 30\$000. Verificamos que embora o valor pago por aluno era de 1\$500 a 2\$000 e que em 1922 elas tinham 85 alunos matriculados, e recebiam aproximadamente 127\$500, deduzimos que esse valor era pouco para as despesas (O ESTADO DO PARANÁ, 1925, p.9).

em mantimentos absolutamente não se poderiam manter (PARANÁ, 1921, p.69).

Apesar da pouca remuneração, as Irmãs da Sagrada Família faziam o possível para manter a escola funcionando, pensando na grande demanda por matrículas, visto que em Curitiba não havia escolas públicas suficientes, como é sugerido no relatório do Inspetor de Ensino Cesar Prieto Martinez:

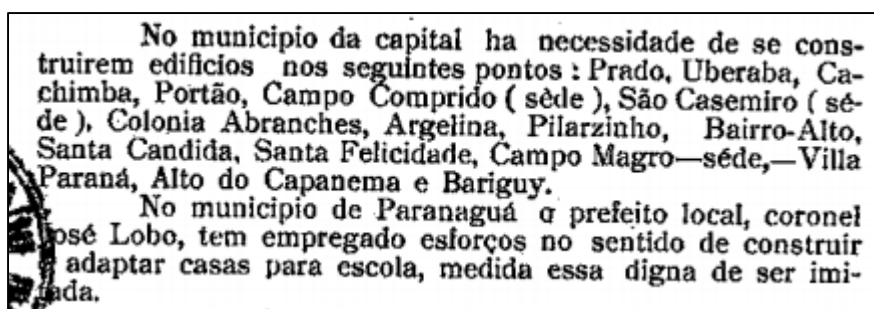


FIGURA 8: Trecho do Relatório Cesar Prieto Martinez

FONTE: PARANÁ, 1921, p. 84

ACERVO: Arquivo Público do Paraná

Além de elogiar o trabalho realizado nas escolas particulares étnicas pelas congregações religiosas, o então Inspetor da Instrução Pública, se coloca contrário ao funcionamento das escolas estrangeiras pelo fato da língua portuguesa ser desconhecida.

(...) funcionam em todo o Estado, inúmeras escolas estrangeiras e, forçoso é confessar, a grande maioria é sobremodo prejudicial porque desnacionaliza a infância. A língua falada é a polonesa, a alemã ou a italiana. O nosso idioma é inteiramente desconhecido por essas populações, cujos filhos aqui nasceram. Julgamos indispensável uma campanha nesse sentido. em primeiro lugar, por meio de uma propaganda eficaz, devemos convencer os colonos que seus filhos, nascidos no Brasil devem ser brasileiros de corpo e alma, advindo disso vantagens unicamente para si próprios e para a terra que tão generosamente os hospede e os torna felizes. Em segundo lugar, mandando fechar essas escolas porque são nocivas uma vez que não se sujeitam ao regime legal (PARANÁ, 1921, p 23-24).

As legislações desde 1909 tornam o ensino da língua portuguesa nas escolas particulares e estrangeiras, obrigatório. Em seu relatório o inspetor relata o medo da “desnacionalização da infância” nas escolas de imigrantes, onde as crianças nascidas no Brasil eram ensinadas como se estivessem na Polônia, assim as autoridades brasileiras enfatizam a necessidade de intensificar a campanha para convencer o

imigrante a incorporar um sentimento de nação brasileira, caso contrário haverá o fechamento das escolas étnicas.

Para evitar o fechamento das escolas o governo estadual propôs cursos de proficiência⁴⁴ aos professores das escolas particulares esperando que a Lei n. 2157 de 1922 fosse cumprida. Essa lei exigia o ensino em vernáculo, dando duas opções aos professores, “prestarem os exames de português, conseguindo desta forma a almejada licença para lecionar, das autoridades estaduais, ou fecharem a porta de sua escola” (WACHOWICZ, 1970, p. 44).

(...) foi por isso que se levantou grande barulho ao começarem a ser fechadas as primeiras escolas, em obediência à Lei que armou de poderes a Inspetoria Geral. Cientes os interessados que o governo assim procedia porque o ensino de todas as matérias devia ser feito na língua do país que tão generosamente os hospedava, propuseram logo modificar sistema, pedindo um prazo para que os professores se habilitassem e pudessem conhecer o português, geografia e história pátria (PARANÁ, 1924, p. 80).

Sobre os exames de proficiência, Gluchowski explica que eram “realizados três vezes no decorrer do ano, serviram para fornecer certificados a 19 religiosas” (2005, p.187). Mesmo não encontrando documentos relativos que comprovem que as Irmãs da escola da colônia Santa Cândida tenham feito os exames, os relatórios do Inspetor Cesar Prieto Martinez (PARANÁ, 1921-1922-1924) evidenciam o funcionamento da escola da colônia Santa Cândida durante estes anos mostrando que possivelmente as Irmãs passaram nos cursos.

TABELA 5⁴⁵: SITUAÇÃO DO COLÉGIO SANTA CÂNDIDA EM 1921,1922,1924.

ANO	NOME DO ESTABELECIMENTO	DIRETORES	NÚMEROS DE ALUNOS
1921	Colônia Santa Cândida	Irmãs religiosas	-
1922	Colégio Santa Cândida	Irmã Benedicta	85
1924	Colégio Santa Cândida	Pe. Paulo Warkocz	130

FONTE: PARANÁ, 1921,1922,1924, anexos s/p
ACERVO: Arquivo Público do Paraná.

⁴⁴ A lei n. 2157 de 1922 exigia que os professores realizassem o curso de proficiência. Neste ano houve um entendimento entre as organizações e a aplicação da lei foi adiada para o ano de 1923, assim foram realizados curso de língua portuguesas organizados pelo comitê de cursos sob a direção do professor Nicéfaro Modesto Falarz (GLUCHOWSKI, 2005).

⁴⁵ As tabelas completas dos anos de 1921, 1922 e 1924 estão nos anexos.

Pela tabela verificamos que a situação da escola nesses três anos foi de crescimento de matrícula, mesmo tendo somente informação dos anos de 1922 e 1924, a escola parecia estar em concordância com as leis estabelecidas pelo Estado. No relatório de 1922 aparece pela primeira vez a nomenclatura Colégio Santa Cândida o que indicaria a mudança de nome da escola que antes era Szkoła Polska⁴⁶.

Com relação às Irmãs que foram diretoras, de 1921 a 1923 a Irmã Benedicta Baran esteve à frente da direção do Colégio e de 1924 a 1936 a Irmã Apolônia Borys mesma época em que o Pe. Paulo Warkocz⁴⁷ foi pároco da Igreja Santa Cândida.

2.2 NÃO É APENAS O FECHAMENTO DAS ESCOLAS...

Passados os tempos da Primeira Guerra Mundial, as escolas particulares étnicas se utilizaram do bilinguismo⁴⁸ para enfrentar a questão da nacionalização, desta forma conseguiram burlar a legislação e manter o ensino da língua e dos costumes poloneses. Notamos assim, que os professores das escolas étnicas utilizavam-se de táticas como a tradução das lições da língua vernácula para a língua estrangeira, para haver um processo de compreensão. As práticas cotidianas, como falar e ler, são parte das maneiras de fazer, sendo uma vitória do fraco sobre o forte (CERTEAU, 1998).

Com a frequente fiscalização, os professores encontravam maneiras de mostrar apenas o que os inspetores de ensino queriam ver, ou seja, “o conhecimento da Língua Nacional, dos hinos patrióticos, fazendo-o reconhecer que a escola estava em processo de nacionalização dos alunos” (RENK, 2009, p.519). O uso do ensino bilíngue pelas escolas étnicas foi uma forma de resistência frente às legislações impostas pelos governos brasileiro e paranaense, conseguindo assim, manter a sua identidade cultural por um breve período, porém a pressão sobre as escolas era crescente, pois “as escolas étnicas precisam cumprir os preceitos legais para formar

⁴⁶ Nos relatórios a nomenclatura constantemente aparece como escola da Colônia Santa Cândida até 1922 quando pela primeira vez aparece como Colégio Santa Cândida.

⁴⁷ O Pe. Paulo Warkocz assume a Igreja, experiente na pastoral, participou da I Guerra Mundial, como enfermeiro, por ter sido ainda seminarista, uniu o povo junto de si, renovou a paróquia religiosa (BIERNASKI, 2015, s/p).

⁴⁸ O bilinguismo possibilitava à escola étnica mostrar sua face nacionalizadora ante as autoridades, sem revelar-se por inteiro (RENK, 2009, p. 519).

cidadãos nacionais e não mais alunos com outra identidade étnica” (RENK, 2013, p. 22.225).

A escola da colônia Santa Cândida como as demais escolas polonesas, mantinha uma organização específica de ensino. Pelo relato de Felipe Skora, que frequentou a escola nos anos de 1932 a 1934, assim era o ensino na escola:

Havia duas salas de aula e duas professoras religiosas. O material consistia em uma lousa de pedra, lápis também de pedra, dois livros de leitura, um em polonês, outro em português, um catecismo e um livro de História Sagrada. Os cadernos ficavam na escola. Na sala de aula usava-se canetas com penas descartáveis, tinteiros e mata-borrões. Dava-se muita importância à leitura, tanto em polonês como em português, à caligrafia, ao ensino da religião, educação e higiene. As crianças eram ensinadas a saudar as pessoas adultas com as quais cruzavam na rua, com um ‘Louvado seja Jesus Cristo’ em polonês. Era bonito de ver quando um grupo fazia a saudação em coro. Uniformes não tínhamos. As roupas eram simples, os pés descalços, sapatos só para a primeira comunhão (ARAUTO, 1997, s/p).

A especificidade do ensino ofertado pelas escolas das Irmãs da Sagrada Família de Maria, como o bilinguismo, o ensino da religião, a importância dada às leituras, talvez tenha sido o diferencial esperado pelos colonos e por isso atraía tantos alunos.

Neste período é possível verificar que a mudança estava ocorrendo no ensino, a partir das normatizações impostas pelo governo. Pelas fontes apresentadas vemos que possivelmente houve uma transição, ou pelo menos simultaneidade, quanto ao ensino da língua portuguesa nas escolas étnicas. Em 1934 ainda se escrevia em polonês e em 1935, a escrita em português já se fazia presente nos cadernos.

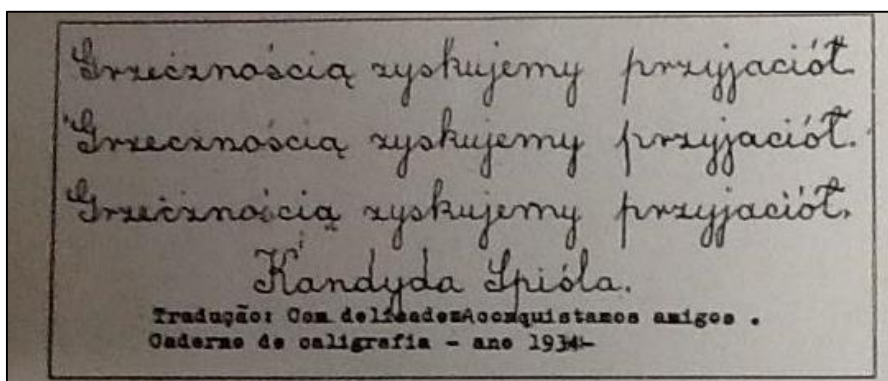


FIGURA 9: Frase do caderno de caligrafia - 1934

FONTE: Jornal O ARAUTO outubro/ novembro de 1997⁴⁹

⁴⁹ Jornal Paroquial da Igreja Santa Cândida. (Acervo Paróquia Santa Cândida)

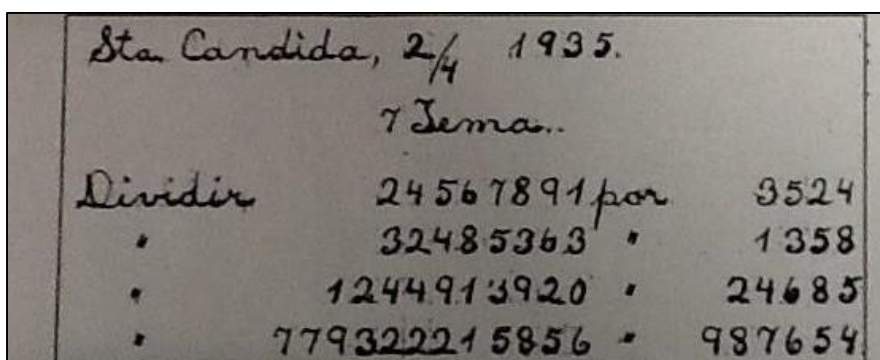


FIGURA 10: CADERNO DE ARITMÉTICA - 1935
FONTE: Jornal O ARAUTO 1997

Mesmo que houvesse alguma resistência, os poloneses se adaptaram às imposições governamentais frente à nacionalização do ensino no decorrer dos anos 1920. Mas para atingir seus objetivos, em 1938 a nacionalização compulsória se intensificou e promoveu o fechamento de algumas escolas estrangeiras (RENK, 2009).

Durante o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) há um fortalecimento da campanha de nacionalização:

As medidas efetivadas entre 1937 e 1945 vinham sendo preconizadas desde o século XIX, mas só um Estado autoritário poderia criar uma legislação impositiva da assimilação e do caldeamento e propor, por decreto, estudos científicos que dessem diretrizes eugênicas (raciais), sociais e culturais para erradicar as diferenças étnicas que faziam dos imigrantes cidadãos incompatíveis com a nação (SEYFERTH, 1999, p. 225).

Essas medidas relativas ao caldeamento, a Eugênia, a assimilação do imigrante propostas pelo governo são medidas coercitivas que visaram atingir o objetivo de nacionalizar o estrangeiro (SEYFERTH, 1999).

O auge da nacionalização vem com o decreto Federal n. 406 de 04 de maio de 1938, que em seus artigos estabelece:

Art. 85. Em todas as escolas rurais⁵⁰ do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

⁵⁰ No texto do decreto n.406 de 04 de maio de 1938 utiliza-se a palavra rurais ao mencionar as escolas estrangeiras. Mesmo utilizando-se da palavra "rurais" o decreto deixa claro a obrigatoriedade do ensino de qualquer matéria em língua portuguesa.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa.

§ 4º Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil. [...]

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça (BRASIL, 1938).

A imposição do governo, proibindo toda a publicação escrita em língua estrangeira foi um golpe para os imigrantes, que de um dia para o outro perderam seus meios de comunicação escrita. Assim precisaram se adaptar às novas normas, sendo obrigados a aprender a língua portuguesa.

Corroborando o decreto Federal n. 406/1938 são instituídas outras legislações que inviabilizam as escolas étnicas de funcionar: a lei Federal n. 7.614, de 12 de dezembro de 1938, em seu artigo 7º estabelecia que a instrução primária deveria ser ministrada exclusivamente em português, assim, o “ensino da língua materna, que até aquela data não significava um problema, passou a ser uma questão de segurança nacional” (RENK, 2016, p. 123).

O decreto Federal n. 1.545 de 15 de agosto de 1939 estabelecia aos secretários de Educação que construíssem escolas públicas em áreas de colonização estrangeira, além de aumentar a fiscalização para que o ensino na língua estrangeira não ganhasse força, fortalecendo assim o patriotismo. Afirmava também que os estrangeiros não poderiam exercer a função de diretor e as aulas de Educação Física ficariam sob orientação das Forças Armadas. Esse decreto foi o mais importante para a nacionalização do ensino, segundo Renk (2016). Já o decreto n. 1006 de 10 de dezembro de 1939, assinado por Getúlio Vargas, censura o uso dos materiais didáticos e os livros escolares em língua estrangeira.

A partir destas legislações, inúmeras escolas foram fechadas e as que conseguiram continuar abertas enfrentaram muitas dificuldades. O Colégio Santa Cândida resistiu e manteve-se funcionando, segundo o relato do Pe. João Wilinski⁵¹ que esteve à frente da Igreja do Santa Cândida no período que ocorreu a nacionalização compulsória. Verificamos a preocupação do Pe. João Wilinski com

⁵¹ No dia 30 de novembro de 1931 toma posse em Santa Cândida, o recém chegado dos Estados Unidos, missionário de renome internacional, com vasta experiência pastoral na Polônia. O Pe. Wislinski dirigiu a paróquia durante 21 anos e dois meses (BIENARSKI, 2015, s/p).

relação à escola e ao possível fechamento da mesma pelas imposições do governo, e pela dificuldade de compreensão dos problemas advindos destas imposições.

A escola paroquial⁵² de Santa Cândida sob a direção das Irmãs da Sagrada Família de Curitiba, se desenvolvia favoravelmente por longos anos. O número de crianças chegou a 140. Apareceram, no entanto, tempos difíceis para a escola. De um lado circunstâncias independentes das Irmãs e da Paróquia e por outro lado, falta de compreensão das exigências da educação pelas religiosas e coordenadoras da escola, ocasionaram que o número de alunos caiu repentinamente em 1940 para 60. Após a nacionalização das escolas, as autoridades da nação estabeleciam cada vez maior exigência e intensificação para a escola e professoras. A Congregação não dispoñdo as vezes de elementos suficientes e adequados, não satisfaziam as exigências e por isso, a escola ia decaindo, o número de crianças diminuía e os pais perdiam a confiança nela. Na nossa, nós sentíamos durante alguns anos e talvez os meus dez anos em Santa Cândida, a falta de uma prudência e compreensão adequadas e definitivas da Irmã Superiora. Todas as Irmãs Superiores com que as Superiores Maiores tornavam feliz a nossa escola [sic] durante os meus anos aqui, tinham aptidões para todas as coisas, mas para a direção da escola e em geral da comunidade religiosa, eram as que menos correspondiam. Talvez não era culpa delas nem a má vontade na coordenação, ante a falta de candidatas responsáveis e preparadas para este cargo de grande responsabilidade. Após forte e persistente apelo pelo púlpito e no tempo da kolenda⁵³, bênção de casas, o número de alunos na nossa escola se elevou a 100 neste ano em curso. E certamente vai se conservar para o futuro, contanto que as irmãs professoras cuidem disso e cumpram seus deveres para a satisfação dos pais, cumprindo também as disposições das autoridades do país⁵⁴ (WILINSKI, 1941, p.29 apud BIENARSKI, 2012, p.29).

Pelas palavras do Pe. João Wilinski percebemos que as Irmãs não tinham a dimensão das exigências impostas pelo governo frente a nacionalização, e essa falta de compreensão acarretou a diminuição de matrículas nos anos seguintes à nacionalização compulsória, o que foi resolvido devido à interferência do Padre João Wilinski junto à comunidade. O Pe. Wilinski pede para que as Irmãs cumpram as disposições legais impostas pelo governo e seus deveres para com os pais. Em relação ao cumprimento desses deveres pensamos que poderia ser em relação a

⁵² Encontramos discrepâncias em relação à nomenclatura do Colégio Santa Cândida nas fontes consultadas, mantendo-a como consta nos documentos.

⁵³ Segundo Sikora (2014), durante o ano litúrgico, os poloneses, desde a emigração tem a tradição de participar das várias celebrações. No período de Natal ao celebrar o nascimento de Jesus, expressam as tradições religiosas, com cantos poloneses, entoando às (kolendy polskie) e a bênção das casas dos poloneses realizadas pelo Pároco da Igreja Católica. SIKORA, Mafalda Ales. **As políticas de imigração no Brasil nos séculos XIX e XX e o desenvolvimento de territórios: Estudo de Caso da Colônia Dom Pedro II - (Campo Largo – Paraná)** 2014. 210 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014, (págs. 34- 35- 38-39-119).

⁵⁴ Crônicas da Paróquia Santa Cândida. Curitiba, 01 de janeiro de 1941.

continuar o ensino da língua polonesa, o que estaria em contradição com o que o governo estabeleceu.

2.3 NOVAS PERSPECTIVAS, NOVOS TEMPOS

Quando ocorreu a nacionalização compulsória em 1938, as escolas polonesas no Paraná já tinham uma história de mais de 50 anos de existência. Wachowicz (1970), relata que no ano de 1937 o Paraná contava com 167 escolas polonesas e destas 14 estavam localizadas em Curitiba, e à frente do Colégio Santa Cândida estavam duas professoras, a Irmã Gabriela Kielbasianek e Irmã Halina Kaniak (WACHOWICZ, 1970, p. 98).

Nas Crônicas da Província Menino Jesus, encontramos relatos da Madre⁵⁵ sobre a nacionalização compulsória do ensino de 1938 e como foi esse enfrentamento:

Em janeiro desse ano saiu novo decreto⁵⁶, proibindo o ensino da língua polonesa nas escolas particulares. Para nós poloneses isto foi um golpe, pois com isso as crianças perdem a identidade e nossas escolas perderam muitos alunos e as irmãs perderam seu sustento. Em seguida saiu outro decreto⁵⁷ o qual proibia os professores estrangeiros de lecionar a língua portuguesa nas escolas do Brasil. Era proibido até para professores que tinham exame de proficiência nesse idioma. Era permitido lecionar matemática, história natural e trabalhos manuais. O governo exigia a naturalização desses professores. Tirar documentos era muito caro. A ameaça era de perder, ou, renunciar o país Pátrio. Alguns meses depois saiu novo decreto⁵⁸ com proibição definitiva aos professores estrangeiros de dar aulas. Com a naturalização havia a promessa de igualdade com os nativos, mas isso não ocorreu. Em vista disso muitos professores competentes, resignados, foram procurar outro tipo de trabalho⁵⁹ (CRÔNICAS DA PROVÍNCIA SAGRADA FAMÍLIA, 1938).

A Madre relata na crônica que o ano de 1938 foi conturbado e classifica como sendo um golpe para a comunidade polonesa a publicação dos decretos. O decreto Estadual n. 6.149 de 19 de janeiro de 1938, refere-se ao Código de Educação do Paraná, que foi bastante rigoroso quanto ao funcionamento das escolas étnicas, pois

⁵⁵ Neste período estiveram à frente da Província Menino Jesus, duas madres, a Irmã Stanisława Konstanska (1936-1938) e a Irmã Stefânia Lugowska (1938-1948), não sendo possível identificar qual delas escreveu a referida crônica acima. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA s/a, p.56).

⁵⁶ Decreto Estadual n. 6.149 de 19 janeiro de 1938.

⁵⁷ Decreto Federal n.406 de 4 de maio de 1938.

⁵⁸ Lei Federal n. 7.614 de 12 de dezembro de 1938.

⁵⁹ Tradução da professora Filomena Gorski, o texto original em polonês segue no anexo.

estabelecia que nenhuma escola particular poderia funcionar sem o registro da Diretoria Geral de Educação. Este registro deveria conter o nome da instituição, local, cursos e programas, nomes dos professores, horários, e período de férias. Era necessário também provar que os professores diretores eram brasileiros natos ou naturalizados, que apresentavam idoneidade moral, capacidade didática, e adotar exclusivamente o ensino vernáculo, ensinar e cantar diariamente os Hinos Nacional e da Bandeira brasileiros.

Renk (2009, p. 18) reforça que a ideia de nação se dá “por meio da escola, com a implantação dos desfiles escolares e comemorações cívicas demonstrando a importância do Estado, da hierarquia e da organização social”. Principalmente durante o Estado Novo a prática de demonstração de civismo era estimulada pelo governo, através da imposição de uma legislação nacionalizadora.

Após tantas leis e decretos referentes à nacionalização do ensino, a tão esperada notícia veio em 16 de janeiro de 1939, quando o Colégio Santa Cândida consegue a licença para funcionamento.

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

O diretor Geral de Educação, tendo em vista que o requerido no protocolo nº 3.203 de 29 de abril de 1938 preencheu as formalidades exigidas pelo Decreto N. 6149, de 10 de janeiro de 1938 para o funcionamento do Colégio Santa Cândida, município de Curitiba sob a direção do professor ANA BOSSAK de nacionalidade Brasileira, resolve autorizar esse educandário a funcionar, ficando na obrigação de cumprir as disposições legais.

Curitiba, 16 de janeiro de 1939

Diretor Geral de Educação⁶⁰

No artigo 6º do decreto n. 6.149 de 1938 é designado que “nenhum estabelecimento particular do Estado poderá ser mantido ou subvencionado por governo estrangeiro ou instituição igualmente estrangeira” (PARANÁ, 1938).

O decreto apresentava uma grande lista de exigências para o funcionamento das escolas étnicas no Paraná e cumpri-las à risca não foi possível para muitas escolas. Na licença concedida pelo Diretor Geral de Educação ao Colégio Santa Cândida, verificamos que esta foi expedida no dia 16 de janeiro de 1939, um ano após o decreto n. 6.149 entrar em vigor, deixando claro que provavelmente dentro deste período as Irmãs empenharam-se em cumprir as formalidades listadas, assim

⁶⁰ Assinatura ilegível, não conseguimos identificar.

o Colégio Santa Cândida conseguiu a licença do governo do Estado para continuar funcionando.

Para Certeau “a tática é a arte do fraco” (1998, p. 101) sendo utilizada a favor de um propósito. As Irmãs ao se utilizarem da professora Ana Bossak, brasileira, se favorecem desta tática para conseguir o funcionamento do Colégio, visto que nessa época a diretora era a Irmã Gabriela Kielbasianka (1937-1939).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das instituições escolares no Brasil tem muito a dizer sobre os processos de ensino e é relevante para a História da Educação. A pesquisa foi tomando corpo a partir das descobertas das fontes e das inúmeras dificuldades relativas a encontrar fontes específicas sobre o Colégio Santa Cândida que remetessem ao século XIX e XX nos locais pesquisados: Arquivo Público do Paraná; Biblioteca Pública do Paraná; hemeroteca da Biblioteca Nacional; nas Congregações e no próprio Colégio e pelo fato de que a instituição escolar não se preocupava com a guarda dos documentos antigos, como nos relatou a Irmã Jacielma Martins “as Irmãs eram muito pobres e não se preocupavam com isso”.

O nosso trabalho intitulado “Szkola Polska da Colônia Santa Cândida - Curitiba - PR: da criação ao processo de nacionalização (1877-1938)” nos levou a pesquisar uma rica história iniciada em 1875 com a fundação da colônia Santa Cândida em Curitiba até a nacionalização compulsória do ensino em 1938.

Essa pesquisa aborda como a imigração para o Brasil nos anos finais do século XIX e início do XX foi representativa chegando ao número aproximado de 100.282 poloneses (GLUCHOWSKI, 2005), que ao se estabelecerem em terras brasileiras trouxeram consigo sua cultura, seus costumes e hábitos. Principalmente em relação à educação de seus filhos, pois assim que chegaram trataram logo de construir uma escola. No período Provincial, o governo pouco apoiava a instrução dos imigrantes, e poucas eram as instituições públicas no Estado do Paraná, o que levou os poloneses a criarem uma rede escolar com regulamentos próprios bem definidos. Entre as escolas criadas, destacamos a Szkola Polska localizada na colônia Santa Cândida, que iniciou seu trabalho em 1877. A escola desde o início enfrentou dificuldades, relacionadas à infraestrutura, à falta de professores e ao processo de nacionalização do ensino que se instaurou no Paraná no início do século XX, se intensificou com a Primeira Guerra Mundial, e se consolidou com a nacionalização compulsória advinda do Estado Novo.

O processo de nacionalização buscou implantar o ideal de nação através do ensino nas escolas étnicas, visto que estas mantinham uma organização própria. No entanto elas conseguiram se manter diferentes até a nacionalização compulsória,

quando ocorre o fechamento de algumas delas. Por meio da nossa pesquisa verificamos que o Colégio Santa Cândida durante os processos de nacionalização aos poucos conseguiu cumprir as exigências impostas pelos governos estadual e federal, mantendo-se em funcionamento.

Para explicar o funcionamento da pesquisa histórica nos referimos a Certeau: “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar” (1982, p.89).

O objetivo deste trabalho foi mostrar um pouco das trajetórias da instituição, desde a Szkola Polska até o Colégio Santa Cândida. Visto que a pesquisa é ilimitada e a história do Colégio rica, alguns temas foram retratados, mas não aprofundados: como a imigração polonesa; as demais colônias e suas escolas étnicas; a questão da educação no período provincial; uso de materiais didáticos próprios; o bilinguismo; o próprio nacionalismo e o Estado Novo, abrindo um leque de possibilidades para futuras pesquisas.

Após a nacionalização compulsória o Colégio consegue a tão esperada licença e a história seguiu seu fluxo, e embora não nos tenha sido possível abranger um período tão extenso encontramos muitas histórias, fontes que podem servir para futuras pesquisas, deixando aqui algumas sugestões.

No ano de 1959, a Irmã Joanina Knaut, então diretora do Colégio, recebe o repórter do jornal “A última hora”, que levantara a questão das dificuldades enfrentadas pela escola, desta vez por falta de salas. Segundo o relato, o Colégio estava muito lotado, e a falta de vagas para muitas crianças em idade escolar era significativa, com muitos pais implorando uma vaga para seus filhos que estavam crescendo analfabetos. Passados 82 anos a escola ainda está sob a direção das Irmãs e outras dificuldades se fazem presentes.

Em 1963, ocorre a construção da nova escola com a ajuda da comunidade juntamente com a Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Maria. Novamente notamos que a escola contou mais com a ajuda da comunidade do que com o governo para conseguir realizar as suas conquistas.

Mas no ano de 1974, após quase 100 anos se anuncia um novo período para o Colégio, pois acontece a estadualização do Colégio Santa Cândida. Neste contrato

fica acordado que a direção permanece sendo da Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Maria, mas a mantenedora será de responsabilidade do Estado. Visto que a educação pública deve ser laica, vemos esta situação como um bom tema para pesquisa.

Hoje o Colégio Santa Cândida é referência no bairro e proximidades, sendo procurado por famílias de municípios vizinhos, como Colombo, Almirante Tamandaré, fazendo com que haja fila de espera para matrículas. Os alunos que ingressam no quinto ano, em sua maioria, concluem seus estudos no Colégio, saindo formados pelos cursos técnicos ofertados ou para um possível curso superior. Desta forma dificuldades relativas à educação continuam presentes, mesmo sendo tão distintas das relatadas na nossa pesquisa.

ACERVOS PESQUISADOS

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

ARQUIVOS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA (PROVÍNCIA MENINO JESUS)

ARQUIVOS PARÓQUIA SANTA CÂNDIDA

ARQUIVOS DO COLÉGIO ESTADUAL SANTA CÂNDIDA

FONTES

CRÔNICAS DA PROVÍNCIA DA SAGRADA FAMÍLIA, Curitiba: 1917/1938

BIERNASKI, Lourenço. **CRÔNICAS DA PARÓQUIA SANTA CÂNDIDA**, Curitiba: 2012.

BRASIL, **Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938**, que Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União, 5 de maio 1938. Disponível em: < <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1938-05-04;406> >. Acesso em: 28/10/2016.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMÍLIA DE MARIA. **100 anos de vida e ação no Brasil**. Ponta Grossa: s/a.

PARANÁ. **Relatório de Presidente de Província do Paraná** Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: Typ. Da Viúva Lopes, 1876.

PARANÁ. **Relatório de Presidente da Província do Paraná** Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 15 de fevereiro de 1877. Curitiba: Typ. Da Viúva Lopes, 1877.

PARANÁ. **Livro de Ofícios do Arquivo Público.** 1877. Curitiba: AP 528, v. 18, p 51.

PARANÁ. **Relatório do Governo da Província do Paraná** Manuel Pinto de Souza Dantas Filho apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná em 4 de junho de 1879. Curitiba: Typographia Perseverança, 1879.

PARANÁ. **Livro de Ofícios do Arquivo Público.** 1882. Curitiba: AP 678, v. 04, p 21.

PARANÁ. **Livro de Ofícios do Arquivo Público.** 1883. Curitiba: AP 704, v. 04, p.221

PARANÁ. **Livro de Ofícios do Arquivo Público.** 1883. Curitiba: AP 693, v. 14, p. 69-70 e p.205

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Ex. Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva em 1907. Curitiba: 1908. (MFN_716)

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Ex. Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva em 1907. Curitiba: 1908. (MFN_722)

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva presidente do Estado em 31 de Dezembro de 1909. Curitiba: Typographia A República, 1910. (MFN_728).

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Dr. Francisco Xavier da Silva residente do Estado em 31 de Dezembro de 1910. Curitiba: Typographia A República, 1911. (MFN_743).

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 15 de Novembro de 1912. Curitiba: Typ do Diário Oficial, 1913.

PARANÁ. **Decreto n. 17, de 9 de janeiro de 1917.** Código de Ensino. Curitiba: Deap, 1917.

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Secretário Geral de Estado em 1920. Curitiba: Typ da Penitenciária do Estado, 1920

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Secretário Geral de

Estado em 1921. Curitiba: Typ da Penitenciária do Estado, 1922.

PARANÁ. **Relatório de Secretário de Governo** apresentado ao Secretário Geral de Estado em 1922. Curitiba: Typ da Penitenciária do Estado, 1923. (MFN_808).

PARANÁ. **Relatório de Governo apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo Inspetor de Ensino César P. Martinez**. Curitiba: DEAP, 1924.

PARANÁ. **Decreto n. 6.149 de, 19 de fevereiro de 1938**. Regulamenta o Código de Ensino de 1938 e as normas educacionais do Paraná. Diário Oficial [da] União, Curitiba, n. 1775, ano 8, p. 1-2, 1938.

JORNAIS

DOSKA, José G.; GROTT, Pedro. **Jornal A República**. Curitiba, 23 de Abril de 1910. Ano XXV, n. 93. p. 2. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201911&pesq=Dolska>>. Acesso em: 27/10/2016.

GROTT, Pedro. Várias Notícias. **Jornal A República**. Curitiba, 11 de Novembro de 1907. Ano XXII, n. 264. p. 5. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201911&pesq=Santa%20C%C3%A2ndida>> Acesso em: 27/10/2016.

GUIMARÃES, José de Souza. Requerimentos despachados. **Jornal Dezenove De Dezembro**. Curitiba, 19 de dezembro de 1877. p.2. Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=416398&pesq=Jos%C3%A9+de+Souza+Guimar%C3%A3es>> Acesso em: 27/10/2016.

SKORA, Felipe. As Crianças de Santa Cândida a 60 anos atrás.... **JORNAL ARAUTO**. Curitiba: outubro e novembro de 1977. 1997.

KOSSOBUDKI, Simão. **Jornal A República**. Curitiba. 13 de Novembro de 1915, Material (anúncios / indicadores). Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201911&pesq=Kossobudki>>

[esq=KOSSOBUDKI](#)> Acesso em: 31/10/2016.

S/ autoria. A Pedido de diversos da nossa freguezia Propagamos por mais alguns dias a nossa grande venda annual. **Jornal O Estado do Paraná**. Curitiba, 9 de janeiro de 1925. p.9. Disponível em: <
[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811688&PagFis=9&Pesq=1\\$500](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=811688&PagFis=9&Pesq=1$500)> . Acesso em: 27/10/2016.

REFERÊNCIAS

BIERNASKI, Pe. Lourenço. **Santa Cândida – 1922**. Curitiba: 2015. Disponível em: <<http://www.paroquiasantacandida.com.br/post/115966962570/santa-c%C3%A2ndida-1922>>. Acesso em: 28/10/2016.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: universidade estadual Paulista, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, Michel de. **A Escrita da história**; tradução de Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CURY, Carlos R. J. A educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2011. p.17-28.

FENIANOS, Eduardo Emílio. **Santa Cândida – Cabeças, Cruzes e Corações**. Curitiba:

Univer Cidade, 2002.

GLUCHOWSKI, Kazimierz. **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil, 2005. Porto Alegre: Rodycz&Ordakowski Editores.

HEMPEL, A. Os Poloneses no Brasil. In: WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa**. Curitiba: Gráfica Vitória, v. VII, 1973. p. 11-100. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/wp-content/uploads/2015/08/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-VII.pdf> >. Acesso em: 18/10/2016

KREUTZ, Lúcio. **O professor paroquial**. Porto Alegre: Ed UFRS/UFSC/EDUCS, 1991.

LUPORINI, Teresa Jussara. Educação Polonesa: Os fundamentos da educação escolar étnica revisitados: In. LUCHESE Terciane Ângela; KREUTZ Lúcio. **Imigração e Educação no Brasil**: Histórias, Práticas e Processos Escolares. Santa Maria: UFSM, 2011, p. 165-190.

_____, Teresa Jussara. Instituições escolares: etnia e educação escolar. In: NASCIMENTO, M. I. M. et.al. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 209 - 227.

MORIGERADOS. In: DICIONÁRIO MICHAELIS. Disponível em < <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=L1PPv> >. Acesso em: 14/10/2016.

MIKA, Regina. **100 anos educando gerações**: 1912 - 2012. Curitiba: Colégio Estadual Santa Cândida. 2012

MIZUTA, Celina M. M. INFORMAR, POLEMIZAR E DENUNCIAR: O PAPEL EDUCATIVO DO JORNAL O DEZENOVE DE DEZEMBRO (1854-1857). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal- RN: 2013. Disponível em < http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371351134_ARQUIVO_CelinaMizuta_INFORMAR_POLEMIZAREDENUNCIAR_OPAPELEUCATIVODOJORNALO_DEZENOVEDEDEZEMBRO.pdf >. Acesso em: 14/10/2016

NADALIN, S. O. **PARANÁ**: Ocupação do território, população e migrações. Curitiba:

SEED, 2001.

OLIVEIRA M. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914. **Estudos Históricos**. (Rio J.) vol.22 no.43 Rio de Janeiro: Jan./June 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100012>. Acesso em: 09/09/2016.

OLIVEIRA M. C. M. Os imigrantes e o ensino na província do Paraná. **Educar em Revista**. no.5 Curitiba Jan./Dec. 1986. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601986000100005>. Acesso em: 07/09/2016.

POLINARSKI. Flaviane da Silva. **A representação sobre a imigração nos discursos de Adolpho Lamenha Lins (1875-1877)**. 2008. 38 p. Monografia (Licenciatura e Bacharel em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2008

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em Revista**. Curitiba: Editora da UFPR, n.18, 2001, p.13-28.

RENK, Valquíria. **Aprendi falar português na escola!** o processo de nacionalização das escolas étnicas polonesa e ucranianas no Paraná. 2009. 243 p. Tese (Doutorado) - Setor de Educação, UFPR, Curitiba: 2009. Disponível em: <http://www.ppgge.ufpr.br/teses/D09_renk.pdf>. Acesso em 18/10/2016.

_____. Valquíria. E. O olhar fiscalizador para as escolas de imigrantes poloneses e ucranianos no Paraná, nos anos de 1920. In. LUCHESE, T. A.; KREUTZ L. **Imigração e Educação no Brasil** Histórias, Práticas e processos Escolares. Santa Maria RS: UFSM, 2011, p. 191-204.

_____. Valquíria E. O Processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. In. QUADROS Claudemir de. **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria RS:UFSM, 2014, p. 291-317.

_____. Valquíria E. Professores de escolas étnicas no Paraná: manter a cultura ou cumprir as leis?. **Revista Diálogo Educação**. Curitiba, v. 12, n. 37, p. 1045-1064, set./dez. 2012.

_____. Valquíria E. Escolas Étnicas Ucrânicas e Polonesas no Paraná: entre a legalidade e a manutenção da identidade étnica. **VII Congresso Brasileiro de História da educação**. Cuiabá- MT, 2013, p. 1-15. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/ESCOLAS%20ETNICAS%20UCRANIANAS%20E%20POLONESAS%20NO%20PARANA.pdf>>. Acesso em: 05 de Out. de 2016.

_____. Valquíria E. A Escolarização da infância nas escolas étnicas eslavas do Paraná: Uma experiência singular na história da educação. **XI congresso nacional de educação EDUCERE**. Curitiba, 2013, p. 22219 a 22234.

RUTENOS, In: **Dicionário online de Português**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/ruteno/>>. Acesso em: 27/10/2016.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.199-228.

WACHOWICZ, Romão. Memórias de Kosciânski, **Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa**, Curitiba: Gráfica Vicentina, vol. III, 1971. p. 36-79 Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/wp-content/uploads/2014/04/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-III.pdf>> .Acesso em: 18/10/2016

WACHOWICZ, Ruy C. **Anais da comunidade brasileiro polonesa**. Volume I. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, p. 5 - 130. 1970 Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/wp-content/uploads/2014/04/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-I.pdf>>. Acesso em: 12/10/2016.

_____, Ruy C. As escolas da colonização polonesa no Brasil. In: **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa no Paraná, p. 13-110. 1970 Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/biblioestudosetnicos/wp-content/uploads/2015/08/Anais-da-Comunidade-Brasileiro-Polonesa-Vol-II.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016

_____, Ruy C. **Santa Cândida: Pioneira da colonização Linista**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1975.

_____, Ruy C. **O camponês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural. Casa Romário Martins, 1981.

ANEXOS

1. Relatório do Presidente Lamenha Lins de 1877.

DEMONSTRAÇÃO DAS DESPESAS FEITAS ATÉ HOJE COM AS COLONIAS DAS CIRCUNSCRIÇÕES DA CAPITAL, CRIADAS PELO EXM. SR. DR. ADOLPHO LAMENHA LINS, PRESIDENTE DA PROVÍNCIA.

Colônia Santa Cândida.

Compra de terreno e despesa com a escriptura.	8:480\$033	
Construção de casas, roçadas, etc.	8:250\$000	
Hospedagem, alimentação, medica- mentos para os colonos.	8:767\$800	
Auxílios aos mesmos na forma do re- gulamento.	3:950\$000	
Transporte de colonos e de suas ba- gagens à colônia.	42\$000	
Demarcação, abertura de cami- nhos etc.	2:871\$565	
Construção da capella	5:820\$000	
Acquisição de alfaias para a mesma.	487\$950	
Capellão da colônia.	<u>316\$133</u>	38:985\$183

(PARANÁ, 1877, p. 93)

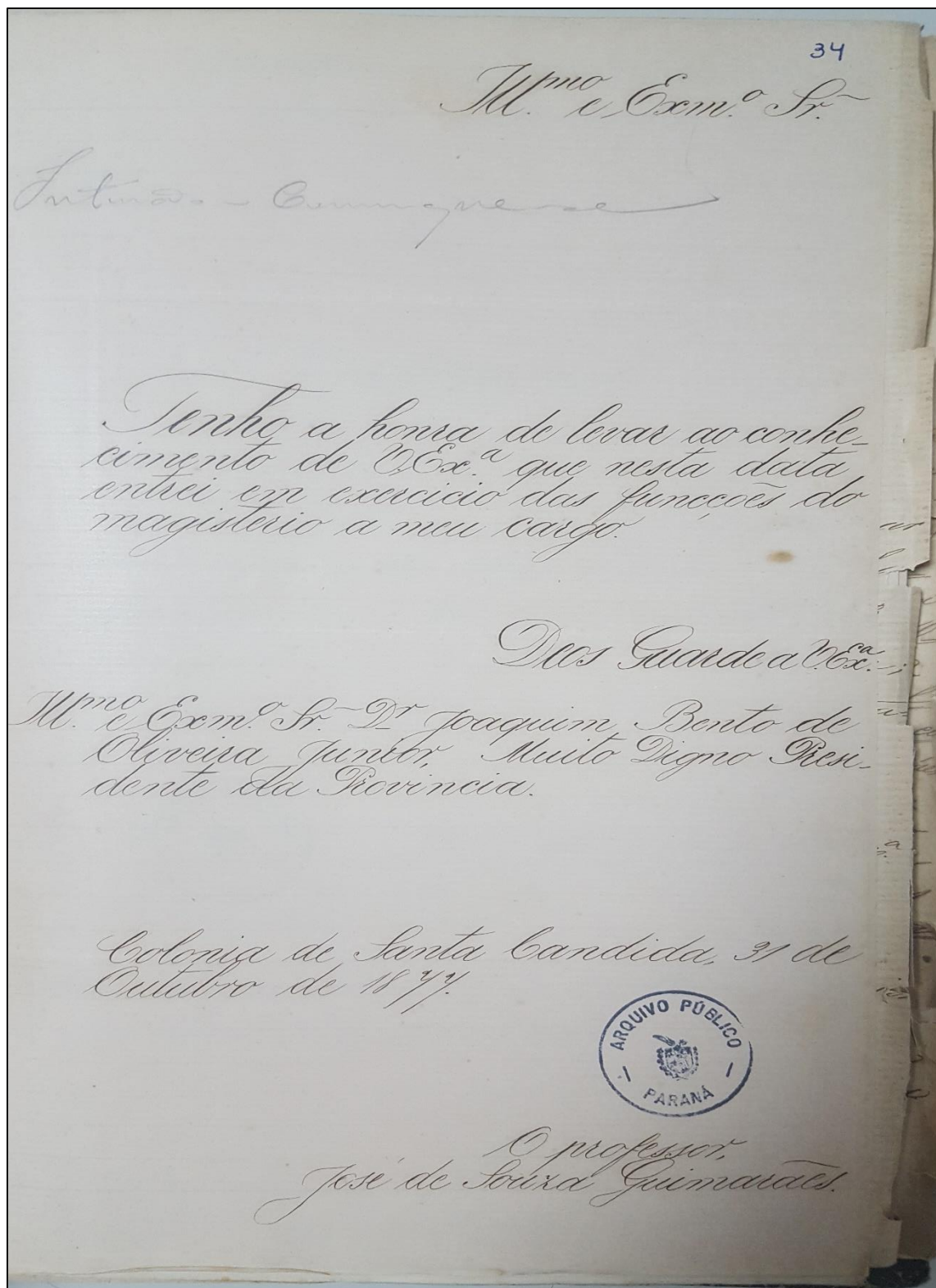
2. Primeira capela da colônia Santa Cândida, inaugurada em 6 de janeiro de 1877



FONTE: Danusia Maria Walesko

ACERVO: <http://www.danusia.com.br/fotos-padre-joao-wislinski/>

3. Nomeação do professor José de Souza Guimarães para a Escola na Colônia Santa Cândida em 1877.



4. Relação dos primeiros alunos da Szkola Polska em 1877.

Relação dos alumnos que frequentaram a aula de instrução primaria da

<i>numeros</i>	<i>Nomes dos alumnos</i>	<i>Filiação</i>
1	Andre Bandy	Simão Bandy
2	Andre Rudlo	Simão Rudlo
3	Anastacio Sprada	José Sprada
4	Carlos Kulig	Francisco Kulig
5	Francisco Kulig	"
6	Francisco Valésko	Andre Valésko
7	Edvrigens Makiolka	Francisco Makiolka
8	Francisco Spila	Gaspar Spila
9	Pedro Kolodnig	Jorge Kolodnig
10	Uliana Gbur	Mathias Gbur
11	Uliana Barchiki	Thomas Barchiki
12	Gregorio Mariuschi	Bruno Mariuschi
13	Maria Mariuschi	"
14	Francisco Gbur	Mathias Gbur
15	Miguel Gbur	"
16	Pedro Valésko	Miguel Valésko
17	Edvrigens Sopa	Alberto Sopa
18	Rosalia Goyhala	Francisco Goyhala
19	Juliana Goyhala	"
20	Theodoro Vösch	Gregorio Vösch
21	Pedro Vösch	"
22	Pedro Vösch	Antonio Vösch
23	Rosalia Makiolka	Lourenço Makiolka
24	Miguel Vösch	Antonio Vösch
25	Gregorio Kahel	Vilano Kahel
26	Vicente Kahel	"
27	João Kahel	"
28	Lourenço Kulig	Alexandre Kulig
29	Martha Madrone	Barbara Madrone
30	Pedro Madrone	"
31	João Hurnerfelth	Barbara Hurnerfelth
32	Rohus Shoch	João Shoch
33	Casimiro Stelmak	Blasius Stelmak
34	Rosalia Stelmak	"
35	Elstina M. Roxens	João Nicolão Roxens
36	Julio Candido Roxens	"
37	Anna Tenente Vinnau	João Nicolão Vinnau
38	Juliao A. Vinnau	"
39	Agostinho Galvão	João A. da C. Galvão
40	Theodoro de Lara	Mancel C. de Lara
41	Isandro J. Corica	Maria J. J. Corica

Colônia - Santa Candida - 24 de Dezembro de 1877

Observações

Nesta pequena (alias bastante grande em com-
paração da frequencia
de certas aulas de al-
gumas cidades da
Provincia) população
escolar, cujos alumnos
são 29 do sexo masculino
e 12 do feminino, 3 brasi-
leiros, 4 suíços e 34 pola-
cos, e todos completa-
mente analfabetos, porém
morigerados, se vê que
o estado da instrucção
da mocidade é desa-
ruidador, porém um
pouco, pelo numero
da frequencia.

5. Mapas da escolas públicas de instrução primária da província em 1879

MAPPA das escolas publicas de instrucção primaria da Provincia.

1.ª ENTANÇIA.

N.º	LOCALIDADES	NOME DOS PROFESSORES	NOMEAÇÃO	EXERCÍCIO	ALUMNOS.				OBSERVAÇÕES.	
					SÉRIOS		MASCULINO	FEMININO		
					Maturados	Frequentes				
						Maturados	Frequentes			
1	Filarzinho	D. Amelia Maria do Nascimento.	7 de Novembro de 1871		8	7	15	9	Def. Não consta exerc.	
2	Seco de Tambarutaca	José Leite Bastos.	18 de Janeiro de 1872	20 de Fevereiro de 1872	23	23	4	1	Idem.	
3	Rio das Pedras.	Benedicto Antonio Correia.	6 de Novembro de 1871	18 de Novembro de 1871	...	...	...	...	Idem.	
4	Rocio do Paranaguá	D. Seruina Pereira Alves de Araujo.	6 de Fevereiro de 1879	6 de Março de 1879	...	...	...	...	Idem.	
5	Ilha das Peças.	Vago.			39	20	...	...	Contractada.	
6	Serra Negra.	Caetano de Espirito Santo.	16 de Outubro de 1875	8 de Janeiro de 1876	...	...	16	11	Interina.	
7	Anhaia.	D. Guilhermina da Luz Gomes.	3 de Julho de 1876	15 de Novembro de 1876	16	11	18	13	Cont. Não consta exerc.	
8	Burzeiros.	D. Maria do Carmo Pombo.	26 de Setembro de 1877		...	...	...	...	Idem Idem.	
9	Rio Sagrado.	D. Isolina Gracia Marques.	24 de Setembro de 1878		...	...	...	...	Int. Não entra em exerc.	
10	Boa Vista.	Vago.			...	...	...	...	Definitiva.	
11	S. João da Graciosa.	Manoel da Cunha Viana.	21 de Setembro de 1878		...	...	...	...	Idem.	
12	"	D. Presciliana da Costa Abreu.	26 de Julho de 1878	9 de Agosto de 1878	18	18	14	14	Idem.	
13	Pinheirinhos.	Jesuino Augusto de Oliveira Mattos.	19 de Novembro de 1873	1 de Dezembro de 1873	19	19	...	...	Idem.	
14	Ipiranga.	Christina José de Freitas Castro.	26 de Outubro de 1871	3 de Novembro de 1871	...	...	...	...	Vitalicio.	
15	S. Lourenço.	José Elias da Rocha.	12 de Março de 1879	1 de Abril de 1879	...	...	...	...	Definitiva.	
16	Ilapema	D. Maria Estelina do Amaral.	6 de Dezembro de 1878	18 de Janeiro de 1879	21	16	...	...	Contractada.	
17	Assunguy de Cima.	Constantino Borges de Macedo.	7 de Janeiro de 1879	13 de Janeiro de 1879	...	...	...	...	Idem.	
18	Ambrosias	Szezefredo de Oliveira Ferreira.	17 de Setembro de 1878		12	10	...	...	Idem.	
19	Butistuviana.	João Antonio Xavier.	11 de Janeiro de 1879	13 de Janeiro de 1879	...	...	...	...	Interina.	
20	Colonia Argelina.	D. Maria Julia de Carvalho Moura.	26 de Março de 1879	16 de Abril de 1879	...	...	...	...	Contractada.	
21	Novo Tirol	João Baptista Marconi.	7 de Março de 1879		...	...	...	...	...	
22	Aldeamento de S. Pedro d'Alemtara.	Vago.			...	...	...	...	...	
23	Conchas	Felino Eliseo Cordeiro.	21 de Fevereiro de 1879		25	25	...	...	...	
24	Colonia Orleans.	Jeronimo Darski.			24	9	20	9	...	
25	" Abranches.	D. Gertrudes Leopadia da Costa Netto.	15 de Maio de 1876	14 de Junho de 1876	6	6	21	21	...	
26	" Venancio.	Augusto Heke.			11	8	17	14	...	
27	" Candida.	José de Souza Guimarães.	17 de Outubro de 1877		34	30	11	8	...	
					250	212	133	100		

6. Abaixo assinado do professor José de Souza Guimarães pedindo aumento de salário em 25 de Outubro de 1882

21

Mm. Exm.^o Am. P.^o Presidente
da Província.

João de Souza Guimarães, Diretor geral das instituições pen-
itenciaes para informar. Palácio da Presidência do
Paraná, 26 de Outubro de 1882.

do. do. do.

da infor-
midade
da Presidência
Paraná, de
muito de da. um, mui-
respeitosamente
pedir a V.^{exa} que se digne orde-
nar que os vencimentos do sup-
plicante, sejam pagos de confor-
midade com o que se estatue
no título incluso, visto ser im-
possível a um professor poder
subsistir de contínuo com o
exiguo ordenado de 33.000 reis
mensaes; e, conscio dos sentimentos
de justiça que tanto caracterisam
a V.^{exa}.

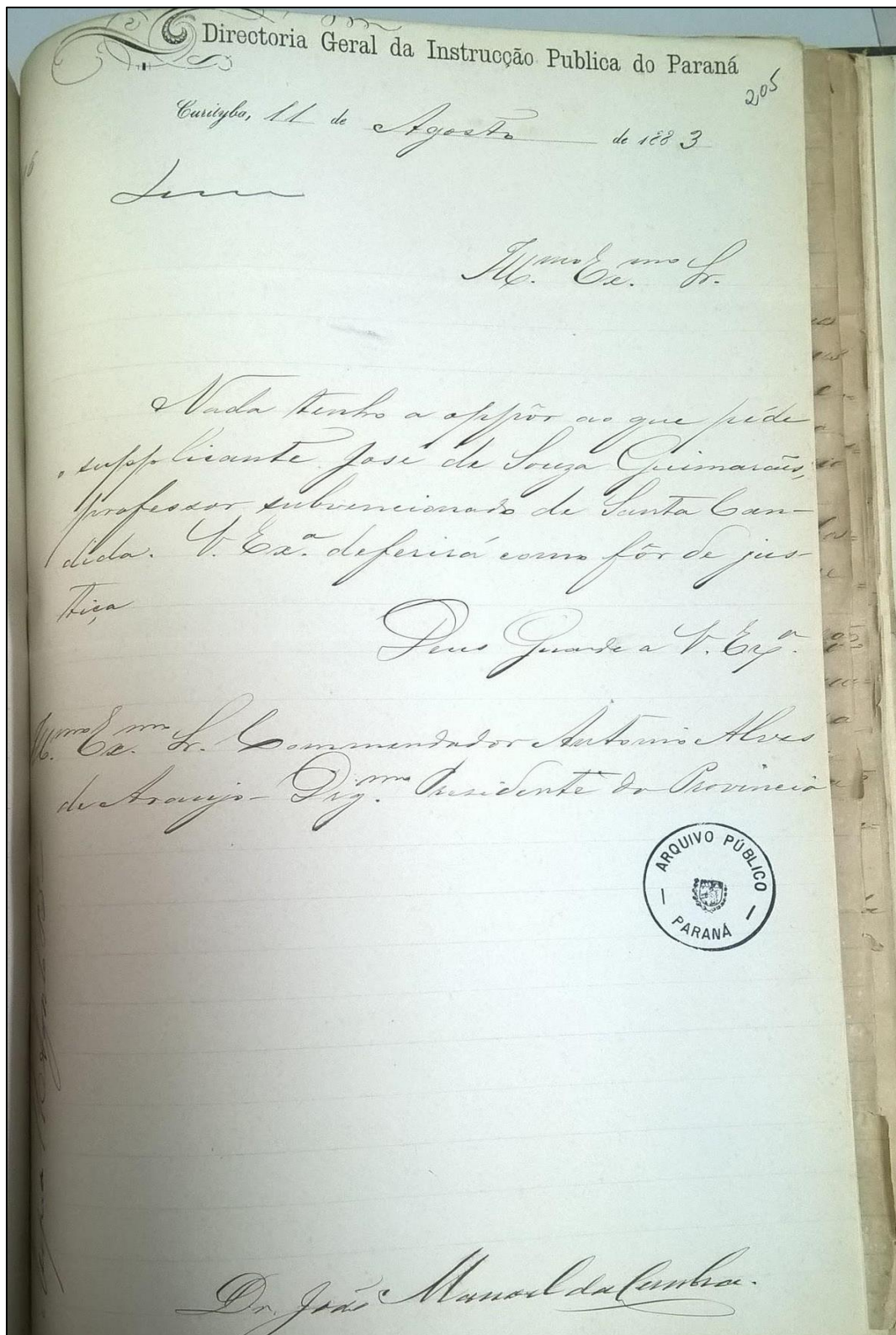
E. R. M.^{ce}

ARQUIVO PÚBLICO
PARANÁ

Curitiba, 25 de Outubro de 1882.

José de Souza Guimarães.

8. Pedido aceito em 11 de Agosto de 1883, pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Paraná.



9. Abaixo assinado feito pelos colonos em 1883 pedindo parte do recurso para a construção da nova escola, que foi recusado pelo Presidente da Província Carlos Augusto de Carvalho.

69

Requerimento a Assembléa Provincial

Conta e orçamento da despesa feita com a casa escolar, cozinha e solão na colonia de Santa Candida na importancia de R.\$ 1:044 \$ 000. para cujo pagamento concorrerão os colonos. chefes de familia com a quantia de 8 \$ 000 por familia, faltando para completar o pagamento um auxilio pecuniario, que se pede ao Exm. Sr. Presidente D. Carlos Augusto de Carvalho; faltando p.^a completar a despesa feita R.\$ 620 \$ 000.

Esteios, madeira e carpinteiro	210 \$ 000
8 metros cubicos de pedra a 4 \$ 000	32 \$ 000
6000 de tijolos a 22 \$ 000	120 \$ 000
30 cargueiros de cal a 2 \$ 000	60 \$ 000
18 metros cubicos de areia a 3 \$ 500	63 \$ 000
20 duzias de taboas a 8 \$ 000	160 \$ 000
10 duzias de ripas a 2 \$ 500	25 \$ 000
50 kilos de pregos a 500 ^{rs}	25 \$ 000
4000 de taboas a 11 \$ 000	44 \$ 000
Obra de pedreiro	100 \$ 000
Obra de marceneiro	115 \$ 000
Obra para cubrir com taboas a casa escolar	30 \$ 000
Trabalhadores	60 \$ 000
	Sm. 1:044 \$ 000

Colonia de Santa Candida 14 de Maio de 1883.

Requerido a Assembléa provincial. Stefan Kachel 8 \$ 000

Palacio da Presidencia do Paraná, 31 Valentin Otto 8 \$ 000

de Maio de 1883. Casper Sprisa 8 \$ 000

Casper Sprack 8 \$ 000

Gregori Skora 8 \$ 000

Mathias Gbur 8 \$ 000

Thomas Maack 8 \$ 000

Alexander Kuhl 8 \$ 000

Lorenz Manke 8 \$ 000

Blasius Holad 8 \$ 000

Stefan Kachel

Valentin Otto

Casper Sprisa

Casper Sprack

Gregori Skora

Mathias Gbur

Thomas Maack

Alexander Kuhl

Lorenz Manke

Blasius Holad

ARQUIVO PÚBLICO
PARANÁ

10. Lista de professores subvencionados em 30 de Novembro de 1910.

401

RELACÃO dos Professores Subvencionados até 30 de Novembro.

NÚMERO	NOMES	Municípios	Localidades	Subvenção	Observações
1	Dorothy de Pires.	Antonina	Coritibayba	720\$000	
2	Maria Arminda de Castro.	"	São João Fidellis	720\$000	
3	Lucilia de Brito Castro.	Bocayuva	C. do Tavares	720\$000	
4	José Borges de Macedo.	Corityba	Quarteirão das Mercês	720\$000	Fallecido
5	José Gregorio Dolska.	"	Santa Felicidade	720\$000	
6	Etelvina da Luz Loyola.	"	Nova Polonia	720\$000	
7	Manoel Pereira d'Andrade.	Campo Largo	Q. das Campinas	720\$000	
8	Leonidio Natel da Cruz.	"	Botiatuba	720\$000	
9	Iria F. de Miranda.	"	Ilha do Meio	720\$000	
10	João Bielski.	"	Lagoa Suja	720\$000	
11	Francisco de Luca.	"	Lavras	720\$000	
12	Amphitiete C. Pereira.	"	Lagoa Suja	720\$000	
13	Antonia Z. Dias da Rocha.	"	Colonia A. Rebouças	720\$000	
14	Maria Angelica C. do Nascimento.	"	Timbutuva	720\$000	
15	Analia da Silva Castro.	Castro	S. Lourenço	720\$000	
16	Anselmo d'Almeida Guimarães.	"	Socavão	720\$000	
17	Gabriel Rozas.	"	Guararema	720\$000	
18	João A. Marcondes d'Albuquerque.	"	Morros	720\$000	
19	Arminda d'Almeida Leiria.	Conchas	Betumirim	720\$000	
20	José Carlos d'Oliveira.	"	Olhos d'agua	720\$000	
21	Nympha de Macedo Santos.	C. Grande	Cerna de Cima	720\$000	
22	Antonio José de Carvalho.	"	Rio Abaixo	720\$000	
23	Jacob Affornalli.	Imbituva	Bella Vista	720\$000	
24	Alzira Maria Paranhos.	"	Pinhão	720\$000	
25	Eliza d'Almeida Silva.	"	Restinga	720\$000	
26	Pedro Leal de Souza.	"	Mandury	720\$000	
27	José Martins Pires.	Iraty	Quarteirão Iraty	720\$000	
28	Miguel Premia.	Itayopolis	L. Iracema	720\$000	
29	Alberto Kolez.	"	L. Moema	720\$000	
30	Antonio Alves de Camargo.	Guarapuava	Marrecas	720\$000	
31	Romão Alves Pedroso.	Jacarezinho	Platina	720\$000	
32	Doralice Rosa Cordeiro.	Guarakesaba	Rio Itinga	720\$000	
33	Antonio Jovano d'Andrade.	Jaguariahyva	Pucha Nervo	720\$000	
34	Carlos Weil.	Lapa	Botiatuba	720\$000	
35	Maria Magdalena da Silva.	Morretes	B. Branco	720\$000	
36	Therese Maria Martins.	"	Sambaquy	720\$000	
37	Elisario M. da Silva Campos.	Paranaguá	B. do Sul	720\$000	
38	Maria Rosa Tavares.	"	Valladares	720\$000	
39	Sebastião Joaquim Correia.	"	Ilha do Mel	720\$000	
40	Clementino G. Guimarães.	Prudentopolis	Rio d'Areia	720\$000	
41	Miguel Dudzak.	"	B. Grande	720\$000	
42	Simão Portella da Silva.	"	Patos Velhos	720\$000	
43	Acelino Ribas da Motta.	"	Rio d'Areia	720\$000	
44	Antonio Pereira Machado.	"	Tijeco Preto	720\$000	
45	Dulce d'Araujo Caillot.	"	Colonia Mallet	720\$000	
46	Avelino M. de Jesus Lopes.	Palmeira	Vieiras	720\$000	
47	Manoel Gonçalves Santos.	"	Correias	720\$000	
48	João Xavier Neves.	"	Diamantina	720\$000	
49	Alfredo Caetano Dias.	Pirahy	Fundão	720\$000	
50	Emiliano Prudeucio d'Oliveira.	Palmas	Generosopolis.	720\$000	
51	Ermilina da C. Campos.	"	P. do Bormann	720\$000	
52	Zacarias José do Nascimento.	Rio Negro	Papanduva	720\$000	
53	Antonio Luiz da Silva.	Rio Branco	Brejal	720\$000	
54	Theophilo Vianna.	"	Areias	720\$000	
55	João Querino da Silva.	Ribeirão Claro	E. Santo do Itararé	720\$000	
56	José Pedro Mangaba.	Serro Azul	S. Sebastião	720\$000	
57	Manoel Joaquim de Souza.	"	Varzeão	720\$000	
58	Maria Thereza Cardoso.	S. J. Pinhaes	Contenda	720\$000	
59	Maria Candida de Mello.	S. J. da B. Vista	Tamandará	720\$000	
60	Jonas José de Camargo.	"	Salto do Itararé	720\$000	
61	Celestina Tiburcio Borges.	Tamandará	Q. da Conceição	720\$000	
62	João Affonso Ferreira.	"	Serro Negro	720\$000	
63	Evangelina G. da Rosa.	Tibagy	Agua Clara	720\$000	
64	Públio Pinto Ferreira.	"	Cerrado	720\$000	
65	José Alves de Carvalho.	"	Amparo	720\$000	
66	Arthur Praxedes Sampaio.	Thomazina	Villa	720\$000	
67	Olivio Antonio da Silva.	"	Colonia Mineira	720\$000	
				48.240\$000	

11. Lista dos professores subvencionados em 1912

LISTA DOS PROFESSORES SUBVENCIONADOS					
NÚMERO	N O M E S	MUNICIPIOS	LOCALIDADES	GRATIFICAÇÃO	
1	Maria Arminda de Castro.	Antonina	S. João Feliz	720\$000	
2	Cellina de Gracia Pereira.	Arancaria	Boa Vista	720\$000	
3	Elvira Pereira da Costa .	"	Rio Abaixo	720\$000	
4	Fanata Ferreira Stepnoki.	Assunguy	Ribeirinha	720\$000	
5	Pedro Antonio da Silva .	"	Lageado	720\$000	
6	João Nepumoceno Pereira.	"	S. Silvestre	720\$000	
7	Antonio Martins Rippel .	Bocayuva	Cabeça d'Anta	720\$000	
8	Franco Ensebio da Costa .	"	Campinho	720\$000	
9	Joaquim Cardoso dos Santos .	"	Patinhos	720\$000	
10	Lucilio de Brito Castro .	"	C. dos Tavares	720\$000	
11	Leonildo Natel da Cruz .	Campo Largo	Butiatuva	720\$000	
12	Rosa de Thomaz .	" "	Rondinha	720\$000	
13	Antonia M. Z. da Rocha .	" "	A. Rebouças	720\$000	
14	Amphitríte C. Pereira .	" "	Q.ª da Lagoa	720\$000	
15	Iria F. de Miranda .	" "	Ilha do Meio	720\$000	
16	Francisco de Luca .	" "	Q.ª das Lavras	720\$000	
17	João Bielski .	" "	Lagoa Suja	720\$000	
18	João Pivoto .	Curitiba	S. Casémiro	720\$000	
19	Maria Borges Lantman .	"	Q.ª das Mercês	720\$000	
20	José Dolska .	"	Colônia S. Candida	720\$000	
21	David Campista Taborda Ribaa.	"	Prensa	720\$000	
22	Etelvina da Luz Loyola .	"	Nova Polonia	720\$000	
23	Antonio José de Carvalho .	Campina Grande	Rio Abaixo	720\$000	
24	Antonio Ribeiro de Lima .	" "	Conceição	720\$000	
25	Domingos de Souza Machad .	Clevelandia	Antas	720\$000	
26	Rosalina de Sant'Anna Silveira .	Conchas	Olho d'Agua	720\$000	
27	Arminda de Mello Leiria .	"	Betamirim	720\$000	
				19:440\$000	



FONTE: PARANÁ, 1913, ANEXOS s/p.

12. Crônicas da Província da Sagrada Família, 1917.

narodziła i wyrosła ona xemste na wyrastała sobie krajode-
pny zabrony i tyranickich swobod.

Paroli naxaty się roznęły w Sturytybie, a lućności przy-
szła do równowagi i spokoju. Jednakże one wypadki wojny
bardzo ujemnie oddziały na ducha narodu polskiego. umie-
rzała się liczba powstani, tak do stanu kapitańskiego jako i x
komego. Staxie Zgromadzenie roznęło te braki powstano, a
z powodu zupełnego braku powstani - Listy były xmuszone
na perien xas xompany Sturicji. W tym roku była tylko jedna
wizyta.

Rok 1917.

Wtórce brzylijskie kłoda nacisk na
język krajowy.

Rok 1917 nie był wesołym od poprzedniego. Listy
walczyły dalej z różnymi trudnościami - w te mrozy się
z dnia na dzień jak grzyby po deszczu. Wtórce xchłbie
naxaty xhracać ze swoimi wymaganiami do xchłbie przy-
wotnych, badając czy język brzylijski jest w nich w-
względniany. Wixy takiewały się z wielką xistotnością -
dla naszych Listów dxiłki Brow i Chate Tajor. xchłbiły
się korystnie pomimo tego, że Listy w języku brzy-
lijskim nie bardzo xuty się silne.

Na gruntowną naukę języka brzylijskiego nie mia-
ły biedne Listy xas - bo prócz pracy w xchłbie miały je-
stować na kilka obowiązków obdanych - a na przygo-
towanie lećnie xas stawały, xdarato iż że i bez przy-
gotowania są na lekcje. Zresztą, gdyby języcie xchł-
biły były stanowco nacisk kłody na naukę tego

13. TABELA 6: ENSINO PARTICULAR em 1921

ENSINO PARTICULAR		
Relação dos estabelecimentos particulares que funcionaram no Estado durante o anno de 1921.		
MUNICIPIO DA CAPITAL		
NOME DO ESTABELECIMENTO	DIRECTORES	Total das alumnas matriculadas
Collegio Iguassú	Alfredo Parodi	30
Escola da Sagrada Familia	Irmã Gertrudes	240
Collegio São José	• Josepha	126
• Bom Jesus	Frei Innocencio Ingelk	230
• Julio Theodorico	Hercilio Guimarães	180
• Moderno	Luiza Netto C. de Freitas	20
Escola Dante Alighieri	Francisco Teóla	68
• de Aprendiz Artífices	Paulo I. de Assumpção	275
Collegio Duilio Calderari	Duilio Calderari	53
• Bom Jesus	Frei Innocencio Ingelk	215
• do S. C. de Jesus	Madre Melania	251
Escola José de Carvalho	Lucio de Freitas	40
Collegio José Pilsudski	Maria Ticinska	78
Escola Internacional	Sophia Gaertner	42
Collegio Internacional	José Augusto da Silva	54
Gymnasio Diocesano	Padre Fernando Taddei	220
Escola Americana	Miss Wm. Hallock	170
Gymnasio Grillybana	Oswaldo Piloto	34
Sul Americano	Bertha Barddal	20
Collegio Santo Amaro	Leonilda Pichethe	45
Escola Internacional	Bernardo Brachmam	36
Jornal da Infancia	Clara Frank	38
Collegio Dr. Ruy de Moraes	Carlos Osborne da Costa	33
Divina Providencia	Irmã Sylvia	520
Congresso	Otto Honing	325
• Santa Julia	Fran.º de P. Guimarães	29
Associação Commercial	João Alfredo da Silva	530
Collegio São José	Padre Silvano Giuliani	149
Colônia Orleans	Irmãs Religiosas	81
Umbará	• •	
Colônia Santa Candida	• •	
• Agua Verde	• •	

FONTE: PARANÁ, 1921, anexos s.p
ACERVO: Arquivo Público do Paraná

14. TABELA 7: ENSINO PARTICULAR em 1922:

ENSINO PARTICULAR		
RELAÇÃO dos estabelecimentos particulares que funcionaram no Estado durante o anno de 1922.		
Município da Capital.		
NOME DO ESTABELECIMENTO	DIRECTORES	Matri- cula
Azylo S. Luiz	Irmã Maria dos Anjos	61
Collegio Dr. Enéas Marques	Dr. Carlos Osborne Costa	46
" N. Senhora de Lourdes	Irmã Julia	150
" S. Candida	" Benedicta	85
" Humphreys	Hugo Ernesto Humphreys	54
" Bom Jesus	Frei Innoc. Engelke	464
" Sagrada Família	Irmã Gertrudes	387
" Santo Amaro	Leonidia Pichet	30
" José Pitsndski	Estephano Sslsmanski	64
" Moderno	Luiza N. C. de Freitas	18
" Julio Theodorico	Ercilio Guimarães	132
" Sagrado Coração de Jesus	Irmã Melania	168
" Internacional	Sophia Roslinda	50
" São José	Irmã Josepha	125
" Divina Providencia	Irmã Amadea	560
" Dullio Calderari	Dullio Calderari	243
" Associação Commercial	João Alfredo Silva	249
" Iguassú	Alfredo Parodi	130
" S. Estanislau e S. José	Irmã Domicella	36
" S. Estanislau Kostka	Irmã Edwiges	88
Escola Progresso	Otto Hrning	355
Gymnasio Diocesano	Padre F. Taddei	253
Escola Dante Aleghieri	Francisco Feola	75
" Americana	Miss W. M. Halloch	196
Jardim da Infancia	Clara Frank	68
Escola Sul Americana	Bertha Barddal	40
" Parochial do Umbará	Padre Franc. Omenha	90
" da Agua Verde	" Natal Brusosco	120
Collegio Guilhermina	Guilhermina da S. Gomes	65
" Particular	Esther Negrão	15
" Sagrado Coração de Jesus	Madre Josephina	150

FONTE: PARANÁ 1922, anexos s/p
ACERVO: Arquivo Público do Paraná

15. TABELA 8: RELAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES de 1924:

RELAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES					
Capital					
NOME DO ESTABELECIMENTO	SÉDE	DIRECTOR	CURSO PRIMARIO		
			M.	F.	TOTAL
Collegio Theodorico . .	Rua Aquidaban . .	Alcides Macedo . . .	—	80	80
Collegio Iguassú . .	" 13 de Maio . .	Alfredo Parodi . . .	121	9	130
" Santo Amaro . .	" Rattcliff . . .	Leonidia Pichet . . .	35	19	54
" Moderno . .	" Iguassú . . .	Luiza C. de Freitas . .	15	7	22
" Sagr. C. de Jesus . .	Praça Ozorio . . .	Irmã Melania . . .	40	161	201
" Internacional . .	Rua Aquidaban . .	Sophia Roslinda . . .	30	20	50
" São José . .	Praça Carlos Gomes .	Irmã Josepha . . .	—	124	124
" Duilio Calderari . .	Rua do Rosario . .	Duilio Calderari . . .	317	15	332
" Divina Providencia .	Av. Vicente Machado .	Irmã Amadea . . .	—	524	524
Escola Americana . .	Rua Ignacio Lustosa .	Miss Hallock . . .	83	124	207
Jardim da Infancia . .	" M. Deodoro . . .	Clara Frank . . .	18	32	50
Collegio Guilhermina .	" Aquidaban . . .	Guilhermina Silva . .	34	20	54
Escola Sagrada Familia	" Conselheiro Barradas .	Irmã Gertrudez . . .	155	152	307
Collegio Enéas Marques	" Commendador Araujo .	Hercilio Guimarães . .	78	4	82
" Humphreys . .	Cajurú . . .	Hugo Humphreys . . .	20	—	20
" N. S. de Lourdes . .	Praça Ruy Barbosa . .	Irmã Julia . . .	36	161	197
" Bom Jesus . .	Rua Desembargador Motta .	Frei Innocencio . . .	427	—	427
" José Pitzdski . .	" Angelo Sampaio . .	Estephano Szimonski .	25	40	65
" Sul Americano . .	Praça 19 de Dezembro .	Bertha Barddal . . .	13	16	29
Escola Progresso . .		Carlos Scheil . . .	240	100	340

Gymnasio Diocesano . .	Batel	Pe. Taddei	225	—	225
Escola Dante Aleghieri	Praça Zacharias . .	Francisco Feola . . .	28	40	68
Collegio Agua Verde . .	Agua Verde . . .	Padre N. Brusosco . .	34	120	154
" S. F. de Paula . .	Rua Saldanha Marinho . .	Irmã Maria Stella . .	—	120	120
" do Umbará . .		Rev. Francisco Omegna .	48	56	104
" Sta. Candida . .		Pe. Paulo Warkocz . .	68	62	130
Escola Espirita . . .	Rua Saldanha Marinho . .	Lins de Vasconcellos .	40	15	55
" Ukraniana . . .	Campo da Galicia . .	Padre Raphael	12	18	30
" Pratica de Commercio .	Rua Dr. Muricy . . .	João Alfredo Silva . .	231	21	252
A. E. no Commercio . .	" 15 de Novembro . .	" " "	421	60	481
Parthenon	Rua Commendador Araujo .	Nelson Mendes	61	10	71
Escola Maçonica José Carvalho	Praça Zacharias . .	Lucio Freitas	80	—	80
" Particular	Nova Polonia	Irmã Celestina Visneska	41	—	41

FONTE: PARANÁ, 1924, p, 433

ACERVO: Arquivo Público do Paraná

16. Crônicas da Província Sagrada Família, 1938

Rez 1938 7.

Rezao zakazuje w szkołach obcych języków.

W styczniu b.r. wyzwał nowy dekret zabraniający w szkołach prywatnych nauki w języku polskim. Był to dla nas Polaków okrutny cios bo myśmy się zapracowali na wynarodowienie polskich dzieci ale także wypróżnia nie naszych szkół a w tym samym porównie wybieranie Gierström z pleba. Oświeś pozmie wyzwał drugi dekret zakazujący nauczycielom obcojęzycznym udzielania w szkołach języka portugalskiego pomimo posiadających egzamina z tego języka. Dobrze im było udzielać tylko trzech przedmiotów t.j.: arytmetyki - historyi naturalnej i robót ręcznych.

Wymagano jednak od tych nauczycieli naturalizacji za co sciągano grubą pięniądze odgraniając się przytem że w krótkim czasie będą musieli przysięgać starając się o naturalizację pod przymusą wyzwać się z tego kraju.

Ża kilka miesięcy wyzwał nowy dekret zakazujący zupełnie nauczycielom obcojęzycznym udzielania nauki w szkołach a to pomimo przynależnego starania we wgrubie obywatela naturalizację, która to miota postawie obywatela na obywatelskich prawach a tubylcami jednakże nie dawała i nigdy nie dawała im do głosu. Wszak tego wielu nawet fachowych nauczycieli musieli nawet nie mieć zabrania a zabierając im pracę

17. Decreto Estadual n. 6. 149 de 19 janeiro de 1938

N. 1.775 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1938 ANO 8.º

Jornal Oficial

do Estado do Paraná — (E. U. do Brasil)

NÚMERO AVULSO: 200 REIS ASSINATURA ANUAL: 200000

A TO DA INTERVENÇÃO A FEDERAL NO ESTADO

DECRETO N. 6074

O Interventor Federal no Estado do Paraná, DECRETAR:

Art. 1.º — Ficam extintos a partir do próximo exercício financeiro, no quadro do pessoal titulado da administração do Porto de Paranaguá, os cargos de: 1.º Escrivão, Ajudante de Capataz e 2.º Feia.

Art. 2.º — Ficam criados no quadro do pessoal titulado da repartição administrativa, a partir do próximo exercício financeiro os cargos de: chefe da Contabilidade e chefe do Tráfego com vencimentos anuais de dez contos e duzentos mil Réis e nove contos e dez respectivamente.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 10 de Janeiro de 1938; 50.º da República.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Angelo Lopes

(Reproduzido por ter saído com incorreções).

DECRETO N. 6147

O Interventor Federal no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, DECRETAR:

Art. 1.º — A Polícia Militar do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 1938, compor-se-á:

a) — dos oficiais dos quadros ativos e letos orgânicos, dos agregados e de desaspirantes a oficial; b) — de setecentos e setenta e seis (776) praças, 300 de efetivo e 476 das unidades que, de acordo com a lei orgânica formam a Polícia Militar, e mais os agregados, consequentes de organizações anteriores.

Art. 2.º — O efetivo da Polícia Militar poderá ser elevado, em caso de necessidade, a juízo do Poder Executivo.

Art. 3.º — O tempo de serviço do voluntário será de três anos.

§ Único. — O engajamento no recrutamento só poderá ser concedido por dois ou três anos, na conformidade do Decreto n. 2, de Janeiro de 1935.

Art. 4.º — Os sargentos e praças com mais de dez anos de serviço continuarão a servir por tempo indeterminado, respeitados os princípios regulamentares e na forma da legislação em vigor.

Art. 5.º — Os oficiais que servirem na Cia. de Bombeiros o farão em caráter de comissão.

Art. 6.º — A Polícia Militar poderá ter uma de suas sub-unidades destacadas em Ponta Grossa e outra em uma das cidades do norte do Estado, a juízo do Poder Executivo.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 10 de Janeiro de 1938; 50.º da República.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Omar Gonçalves da Motta

DECRETO N. 6148

O Interventor Federal no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, DECRETAR:

Art. 1.º — Para a Diretoria Geral de Saúde Pública terá a seguinte organização, com os seguintes cargos e respectivos vencimentos anuais:

Diretoria Geral — 1 Diretor Geral 13:800\$000; Representação, 6:000\$000.

Secretaria — 1 Chefe da Secção, 9:000\$000; 1.º Oficial, 7:800\$000; 2.º Oficial, 6:240\$000; 3.º Oficial, 4:860\$000; 1 Dactilographista 1.ª Classe, 4:860\$000; 1 Porteiro, 3:474\$000; 1 Continuo, 3:240\$000; Zelador, 2:400\$000.

Serviço de Biotecnologia — 1 Auxiliar Técnico, 7:800\$000.

Fiscalização — 1 Inspector de Pharmacia, 13:600\$000; 1 Inspector de Odontologia, 12:600\$000; 1 Sub-Inspector de Carnes e Derivados, 10:000\$000.

Laboratório de Bacteriologia e Pesquisas Clínicas — 1 Diretor Médico, 16:200\$000; 1 Auxiliar Técnico de 1.ª Classe, 9:000\$000; 1 Preparador, 3:885\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Instituto Pasteur — 1 Diretor Médico, 16:200\$000; 1 Auxiliar Técnico de 1.ª Classe, 9:000\$000; 1 Porteiro, 4:050\$000.

Dispensário Anti-Venéreo de Curitiba — 1 Diretor Médico, 16:200\$000; 1 Médico Auxiliar, 10:200\$000; 1 Auxiliar, 7:800\$000; 3 Enfermeiras a 4:860\$, 14:580\$000.

Hospital Oswaldo Cruz e Desinfectorio Central — 1 Diretor Médico, 16:200\$000; 1 Maquinista, 5:140\$000; 1 Enfermeiro, 4:860\$000; 2 Chefes de Turno a 4:050\$000, 8:100\$000; 4 Desinfectores, a 3:725\$000, 14:904\$000; 1 Motorista, 4:860\$000.

Inspeção de Profilaxia Geral — **Inspeção Geral** — Gratificação ao Inspetor Geral, 3:600\$000; 2 Sub-Inspectores da Capital, 12:260\$, 24:520\$000; 2 Guardas Sanitários de 2.ª Classe a 3:726\$, 11:378\$000; 1 Continuo, 3:240\$000.

Sub-Inspeção de Paranaguá — 1 Sub-Inspector, 9:000\$000; 5 Guardas Sanitários a 4:860\$, 24:300\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Sub-Inspeção de Antonina — 1 Sub-Inspector, 9:000\$000; 2 Guardas Sanitários a 4:860\$, 9:720\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Sub-Inspeção de Foz de Iguaçu — 1 Sub-Inspector, 9:000\$000; Gratificação ao Sub-Inspector, 4:300\$000; 1 Guarda Sanitário, 4:860\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Sub-Inspeção de Cerro Azul — 1 Sub-Inspector, 9:000\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Inspeção de Educação Sanitária e Paucicultura — 1 Inspetor, 16:200\$000; 1 Médico Auxiliar, 10:200\$000; 6 Enfermeiras Visitadoras a 4:860\$, 29:160\$000.

Dispensário Anti-Tuberculoso — 1 Médico Tuberculista, 12:600\$000; 1 Auxiliar, 7:800\$000; 3 Enfermeiras Visitadoras a 4:860\$, 14:580\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Proventório Infanti de Castro — 1 Diretor, 16:200\$000; 1 Dentista, 7:800\$000; 3 Enfermeiras a 4:860\$, 14:580\$000; 1 Servente, 2:335\$000.

Sanatório São Sebastião — 1 Diretor Tuberculoso, 16:200\$000; 2 Médicos Auxiliares Tuberculosos, a 12:600\$, 25:200\$000; 1 Almoaxarif, 7:800\$000; 1 Enfermeiro Chefe, 6:240\$000; 1 3.º Oficial, 4:860\$000; 1 Continuo, 3:240\$000; 1 Maquinista, 4:050\$000.

Inspeção da Profilaxia da Lepra — 1 Inspetor; 1 Médico Auxiliar, 10:200\$000.

Leprosário São Roque — 1 Diretor Médico, 16:200\$000; Gratificação ao Diretor, 6:000\$000; 1 Médico Auxiliar, 10:200\$000; Gratificação ao Médico Auxiliar, 2:400\$000; 1 Almoaxarif, 7:800\$000; 2 Maquinistas, a 4:860\$, 9:720\$000; 1 Enfermeiro, 6:240\$000; 5 Guardas Sanitários a 4:860\$, 24:300\$000.

§ 1.º — A Inspeção de Profilaxia Geral terá como Inspetor Geral um dos dois Sub-Inspectores Médicos da Capital, por escolha do Diretor Geral de Saúde Pública.

§ 2.º — As sedes das Inspeções e Sub-Inspeções da Profilaxia Geral poderão ser transferidas quando houver vantagens para o serviço.

Art. 2.º — O Inspetor de Profilaxia da Lepra será o Diretor do Leprosário São Roque, sem prejuízo das suas funções e sem outra remuneração.

Art. 2.º — O Poder Executivo entrará em entendimento com a Prefeitura Municipal da Capital afim de transferir a esta os serviços a cargo da Sub-Inspeção de Carnes e Derivados.

Art. 3.º — Serão regulamentados os serviços da Saúde Pública.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 10 de Janeiro de 1938; 50.º da República.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Omar Gonçalves da Motta

DECRETO N. 6149

O Interventor Federal no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, DECRETAR:

Art. 1.º — 2.º livre, no Estado, o exercício do magistério, como o funcionamento de escolas particulares, observadas as disposições deste decreto.

Art. 2.º — Nenhum estabelecimento particular de ensino poderá funcionar sem prévio registro na Diretoria Geral de Educação.

Art. 3.º — O registro dos estabelecimentos de ensino particular, de curso pré-primário, primário, secundário, artístico, profissional e comercial, será feito a requerimento do respectivo diretor, que indicará no texto de sua petição:

a) — o nome do estabelecimento;

b) — a localidade da escola: municipal, cidade, vila ou povoação;

c) — cursos ou disciplinas a serem ministrados;

d) — programas e duração das aulas;

e) — numero maximo de alunos para cada classe;

f) — período de férias;

g) — corpo docente.

Art. 4.º — O requerimento de que trata o art. anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

a) — prova de que são brasileiros natos os professores de Português, Geografia e História do Brasil;

b) — prova de que os professores e o diretor são brasileiros natos ou naturalizados;

c) — prova de que os professores são diplomados por estabelecimentos de ensino nacional, devidamente reconhecidos, ou prova de habilitação no exame de língua vernaculara, prestado na conformidade de lo que dispõe o art. 3.º do presente decreto;

d) — prova de idoneidade moral do diretor e dos professores;

e) — prova de capacidade didática dos professores;

f) — prova de que o diretor, os professores e os funcionários do estabelecimento não sofrem de molestia contagiosa;

g) — exposição do regimen interno do estabelecimento, com as respectivas condições higienicas e alimentares, quando houver internato;

h) — planta e fotografia do prédio e de suas instalações;

i) — declaração expressa de que o estabelecimento não será mantido nem subvencionado por governo estrangeiro ou instituição semelhante.

Art. 5.º — É obrigatório aos estabelecimentos de ensino particular:

a) — ministrar aulas regulares de trabalhos manuaes, educação física, nos cursos primário e complementar;

b) — dar o curso primário, quando a tiver, somente no idioma nacional;

c) — adotar os programas e livros didáticos oficiais, para o curso primário;

d) — confiar os cursos de jardim de infância e escolas maternas a professores brasileiros;

e) — ministrar todas as aulas em vernáculo, salvo as de língua estrangeira;

f) — entregar o ensino de Português, Geografia e História do Brasil a brasileiros natos;

g) — fazer sua inscrição em registro;

h) — adotar exclusivamente o vernáculo para tabelas, placas ou disticos de uso interno ou externo;

i) — ensinar e fazer cantar diariamente o Hino Nacional e da Bandeira, em todos os cursos;

j) — respeitar e comemorar os feriados nacionais;

k) — adotar uniformes para os alunos dos cursos pré-primário, primário e complementar;

l) — receber e prestar as autoridades do ensino e a Inspeção municipal-escola, independentemente de aviso prévio;

m) — fornecer a Diretoria Geral de Educação e as autoridades do ensino as informações e os dados estatísticos solicitados;

n) — não admitir castigos físicos para os alunos.

Art. 6.º — Nenhum estabelecimento de ensino particular do Estado poderá ser mantido ou subvencionado por governo estrangeiro ou instituição igualmente estrangeira.

Art. 7.º — As salas de aula das escolas particulares quando providas de mapas, fotografias, estampas ou disticos, não poderão apresentar a caracteristica de variedade.

Art. 8.º — O diretor ou professor de qualquer escola particular, que não for diplomado por estabelecimento de ensino nacional, devidamente reconhecido, nem possuir o certificado de aprovação no exame final de português, fornecido por escola oficializada, prestará exame dessa materia, a seu requerimento, perante comissão examinadora designada pela Diretoria Geral de Educação.

§ Único. — A reprovação no exame de que trata o presente art. inhabilita o candidato para as funções de diretor ou professor.

Art. 9.º — Os certificados de promoção e diplomas de curso primário particular serão equiparados aos oficiais, desde que o mesmo curso funcione de acordo com este decreto e os exames sejam presididos pelo Delegado de Ensino competente ou por autoridade escolar que o represente.

§ Único. — Esses certificados ou diplomas serão devidamente selados e autenticados pela autoridade que presidiu os exames.

Art. 10.º — Os infratores das disposições do presente decreto incorrerão nas seguintes penalidades:

1.º — multa de dois a cinco contos de réis;

2.º — interdição do estabelecimento;

3.º — ficar sujeito a multa de dois a três contos de réis o estabelecimento de ensino particular, quando:

a) — não ensinar nem fazer cantar o Hino Nacional e o da Bandeira, nos diversos cursos;

b) — não fizer sua inscrição em português;

c) — não adotar os programas oficiais para o curso primário;

d) — não usar a série de livros didáticos adotados pela Diretoria Geral de Educação para o curso primário;

e) — negar informações solicitadas pelas autoridades escolares ou fornecer-las inverídicas.

§ 2.º — Ficar sujeito a multa de tres a cinco contos de réis o estabelecimento de ensino particular, quando:

a) — não ministrar todo o ensino em português, menos o de língua estrangeira;

b) — não houver confiado o ensino de Português, Geografia e História do Brasil a brasileiros natos;

c) — desprezar os feriados nacionais;

d) — adotar livros em língua estrangeira sem prévia licença da Diretoria Geral de Educação;

e) — entregar os cursos de jardim de infância e escolas maternas a professores estrangeiros;

f) — tiver professor estrangeiro em situação ilegal, no corpo docente;

g) — aplicar castigos físicos aos alunos.

§ 3.º — O estabelecimento será interdiado quando:

a) — não estiver registrado;

b) — houver irregularidade no registro;

c) — receber subvencão de governo estrangeiro ou de instituição semelhante;

d) — constituir-se, por qualquer motivo, em centro desmoralizador;

e) — ministrar o ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário no idioma nacional;

f) — impedir a visita de qualquer autoridade;

g) — houver graves e manifestas irregularidades no seu funcionamento.

Art. 11.º — Nos casos de multa, o Delegado de Ensino competente notificará ao diretor do estabelecimento afim de que o mesmo recorra, dentro de tres dias, ao Diretor Geral de Educação, se o quiser fazer.

Art. 12.º — Não vigorando o recurso, o efeito suspensivo, a multa deverá ser paga, dentro do prazo de quinze dias, na respectiva Colatoria Estadual, extorquendo-se esse prazo, será feita a cobrança executiva.

Art. 13.º — A interdição é imposta pelo Diretor Geral de Educação, com recurso para o Secretário do Interior e Justiça, em processo preparado pela Diretoria Geral de Educação.

Art. 14.º — Quanto a fiscalização do ensino particular, ao Delegado de Ensino compete:

1.º — fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares, de sorte a enquadrá-las no sistema das escolas publicas primarias;

2.º — fazer cumprir os dispositivos deste decreto;

3.º — dar parecer aos processos de abertura ou fechamento de escolas particulares;

4.º — inspecionar as escolas particulares e receber dos Inspectores Municipais o resultado do trabalho relativo a esses estabelecimentos de ensino;

5.º — dar propôr a Diretoria Geral de Educação as providências que exigir necessariamente;

6.º — apresentar a Assistencia Técnica da Diretoria Geral de Educação relatório anual do serviço.

Art. 15.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 10 de Janeiro de 1938; 50.º da República.

(a) MANOEL RIBAS

(a) Omar Gonçalves da Motta

DECRETO N. 6150

O Interventor Federal no Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, DECRETAR:

Art. 1.º — Ficam fundidos no Ginásio Paranaense e no Ginásio Regente Felício, respectivamente, os cursos ginasiaes das escolas normaes de Curitiba e Ponta Grossa.

Art. 2.º — Os actuaes leites e professores daquelles cursos passarão a fazer parte, para todos os efeitos, dos corpos docentes dos mesmos ginasiaes.

§ Único. — Serão desdobradas as escolas dos ginasiaes em questão, para o cumprimento do que dispõe o presente artigo.

Art. 3.º — Os actuaes leites e professores do curso geral das referidas escolas normaes continuarão na regência do terceiro ano desse curso, durante o anno lectivo de 1938, findo o qual serão automaticamente dispensados com a extincção natural do mesmo curso.

§ Único. — Para efeito de pagamento das respectivas docentes, as turmas do terceiro anno do curso geral das escolas normaes serão consideradas como turmas suplementares do ginasio a que pertencerem os docentes.

Art. 4.º — Os directores das escolas normaes continuarão prestando a gratificação consignada em orçamento.

Art. 5.º — Fica criado o Ginásio de Jacareizinho, nos moldes dos dntes ginasiaes do Estado, o qual se regerá, quanto a actuação das materias e regimen didactico, pela lei federal de ensino secundario.

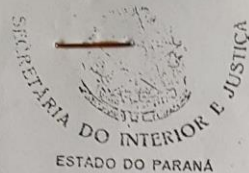
Art. 6.º — Ficam criados no Ginásio de Jacareizinho, com os vencimentos abaixo, os seguintes cursos, que o Governo preencherá à medida que o existirem as necessidades do ensino:

Doce professores a 7:800\$000, 62:400\$000; um professor de desenho, 6:240\$000; um professor de educação física, 5:000\$000; um professor de musica, 4:000\$000; um professor de alumnas, 5:400\$000; um secretario, 3:400\$000; um porteiro, 4:050\$000; um continuuo, 3:240\$000; um servente, 2:335\$000; um ajudante de servente, 1:600\$000; gratificação ao director, 6:000\$000.

DAS ESCOLAS DE PROFESSORES

Art. 7.º — Anexa a cada um dos ginasiaes do Estado haverá

18. Licença para funcionamento concedida ao Colégio Santa Cândida pela Diretoria Geral de Educação em 16 de Janeiro de 1939.



DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

O Diretor Geral de Educação, tendo em vista que
o requerido no protocolo nº 3.203 de 29 de abril de 1938
preencheu as formalidades exigidas pelo Decreto N, 6149, de 10 de janeiro
de 1938 para o funcionamento do Colegio Santa Candida, município de
Curitiba sob a direção do professor
ANA BOSSAK de nacionalidade Brasileira, resolve autorisar
êsse educandario a funcionar, ficando na obrigação de cumprir as dispo-
sições legais.

Curitiba, 16 de janeiro de 1939

Diretor Geral de Educação

Por despacho datado de 13 de agosto de 1942, exarado no protocolo n. 8175, de 10/8/942, passa a denominar se " ESCOLA DE SANTA CANDIDA "

19. Monumento em homenagem as Irmãs diretoras do Colégio Santa Cândida desde 1912 até 1999.

